

Registos da Arquitectura de Raúl Chorão Ramalho: de arquivo do *atelier* a coleção de documentação do SIPA

Records of Architecture by Raúl Chorão Ramalho: from the studio archive to the documentation collection at SIPA

SOFIA ALEIXO

Arquiteta, Professora Investigadora Doutorada, CHAIA/IHC-CEHCi/DArq – EArtes,
Universidade de Évora
e CHAM-SLHI, FCSH – Universidade NOVA de Lisboa
saleixo@uevora.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5704-9743>

VICTOR MESTRE

Arquiteto Investigador Doutorado independente
vmsa arquitectos
vm@mestrealeixo.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3547-0569>

Resumo

Os Arquivos de Arquitectura preservam contributos inquestionáveis para a História da Arquitectura. Resultando da prática profissional, estes acervos integram-se como fontes documentais que requerem a atenção de especialistas para a sua preservação e disseminação, de que se destaca

no nosso país o Forte de Sacavém e o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).

“Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto” (1914-2002), é a designação da exposição e catálogo que, em 1997, confirmou a importância dos seus projectos e obras para a história da arquitectura portuguesa, corolário de um processo de sistematização e pré-inventariação do seu arquivo de *atelier* resultante da prática continuada por mais de quatro décadas.

Destaca-se a relevância do espólio documental entregue ao SIPA em 2004, e argumenta-se sobre a importância da sua investigação para o conhecimento e enquadramento da atividade desta profissão na arquitectura portuguesa do século XX, em Portugal e no estrangeiro.

Palavras-chave: Arquivo de Arquitectura; Arquitectura do século XX; património; salvaguarda; memória.

Abstract

The Architecture Archives preserve unquestionable contributions to the History of Architecture. As a result of professional practice, these collections are integrated as documentary sources that require the attention of specialists for their preservation and dissemination, of which the Forte de Sacavém and the Information System for Architectural Heritage (SIPA) stand out in our country.

“Raúl Chorão Ramalho – Architect” (1914-2002), is the name of the exhibition and exhibition catalog that, in 1997, confirmed the importance of his projects and works for the history of Portuguese architecture, a corollary of a systematization process and pre-inventory of its studio archive, a consequence of the continued office practice for more than four decades.

The relevance of the documentary collection handed in to the SIPA in 2004 is highlighted, and the importance of its research, for better framing and understanding the bodywork of the activity of this profession in the Portuguese architecture of the 20th century, in Portugal and abroad, is argued.

Keywords: Architecture Archives; 20th century architecture; heritage; safeguard; memory.

Nota: os autores escrevem ao abrigo do antigo acordo ortográfico, por estarem em desacordo com o seu objectivo de unificação da ortografia do português em todos os países de língua oficial portuguesa, que consideram um valor sócio-cultural intrínseco.

1. Introdução

Os arquivos de documentos de arquitectura portuguesa do século XX representam contributos de significativo valor não só para o estudo da História da Arquitectura como também para a sua preservação e salvaguarda, enquanto testemunhos, nem sempre construídos no passado, a preservar para o futuro. Neste artigo, apresenta-se uma breve síntese sobre os arquivos existentes em Portugal, o interesse na salvaguarda dos espólios de arquitectos portugueses do século XX, e apresenta-se o processo de salvaguardar do espólio de Raúl Chorão Ramalho (RCR), um arquitecto incontornável neste contexto. Contemporâneo dos representantes de uma geração nascida nas primeiras décadas, como aluno, tirocinante, colega ou mestre, viajou, viu e atualizou a sua cultura arquitectónica, compreendeu, adaptou e construiu em três continentes. E por isso o convite para apresentar o processo de organização do seu arquivo se estende para lá desse momento que deu o primeiro passo para se conhecer um acervo que está por ser estudado.

2. Arquitectura portuguesa do século XX: os arquivos e a História

Nesta secção se dá conta da origem dos arquivos de arquitectura, valorizam-se os conjuntos, mais ou menos organizados, de documentos que já não são usados ou consultados que se encontram nos espaços da prática profissional, da importância da existência e bom funcionamento de instituições que acolham para salvaguarda, preservação e disponibilização esses materiais, e do contributo da arquivística para o conhecimento da arquitectura portuguesa do século XX.

2.1. A origem dos arquivos de arquitectura: de arquivo de *atelier* a acervo

Quando em notícia no jornal *Expresso* se encontra o título “Espólio de Eduardo Souto de Moura vai para a Casa da Arquitectura” (Cruz, 2019), questionamo-nos se, em tempos de acordos e desacordos ortográficos, os significados das palavras terão sido alterados, como tantas outras coisas ao longo do tempo. Assim, como ponto de partida, relembre-se a distinção entre “espólio” e “acervo”. O primeiro refere-se a património, conjunto de bens, deixados por pessoa falecida, sendo por isso uma unidade com deter-

minada proveniência e características próprias inerentes à vida do seu proprietário. Já “acervo” se refere a um conjunto patrimonial que não foi transmitido *causa mortis*, por falecimento, mas sim por compra, herança ou doação em vida, podendo ter perdido a sua unidade e características impressas pela pessoa que constituiu esse conjunto, sendo que um acervo pode conter um ou vários espólios, como é o caso nos arquivos de arquitectura. No entanto, a definição como “grande quantidade, acumulação” também será aplicada no caso presente. Mas falemos então de “espólios de arquitectos”, e não de “espólios de arquitectura”. E quando referimos de “arquivos de arquitectura” estamos a falar de “arquivos de documentação de arquitectura”. E sim, o que Souto de Moura (nascido em 1952) fez foi um contrato de depósito de uma colecção¹, aliás o primeiro desta Instituição.

A entrega de um conjunto documental de arquitectura requer uma decisão — do próprio arquitecto-autor no caso de acervo, da família ou de herdeiros no caso de espólio — sendo por vezes incentivada por conhecedores da obra de autor que atribuem àquela quantidade de documentos acumulados ao longo de uma vida profissional valor para memória futura, para que investigadores possam “refazer” a história sob “aquela” perspectiva, para permitir a pluralidade que por vezes a história da arquitectura não traduz. Outras vezes, é sabido por experiência própria, é a família que procura amigos e colegas de profissão pedindo um conselho sobre o que fazer, como fazer, onde confiar décadas de registos de trabalho profissional de um marido², de um pai, que se encontra num espaço arrendado que tem de ser devolvido, ou que se tornou incomportável suportar economicamente, ou porque, pelo contrário, está “apenas” a ocupar um espaço que é requisitado pela família para outros fins. Quantos de nós, interessados por este tema, não terão passado por uma situação semelhante, não se terão confrontado com livros em segunda mão assinados por arquitectos cuja obra admiram,

¹ No âmbito do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, o site dedicado à colecção de Espólios literários da BN apresenta a seguinte definição para “Depósitos”: “espólios — acervos que correspondem à totalidade de documentos produzidos e coleccionados por um autor — ou colecções — núcleos de documentação que pertenceram à(s) personalidade(s) que lhe dá(ão) o nome — à guarda da BN, a título excepcional, para inventariação e transferência de suporte. São, em princípio, propriedade privada e devolvidos aos proprietários após a conclusão das operações de tratamento documental e da microfilmagem integral”. <https://acpc.bnportugal.gov.pt/depositos.html>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

² Caso do arquitecto Manuel Laginha (1919-1985), tendo a esposa procurado aconselhamento com Victor Mestre que sugeriu o Forte de Sacavém. Curioso verificar que associou à entrega documental do arquitecto um conjunto documental da prática profissional da filha, arquitecta Maria João Laginha (1958-2001), onde se incluíam aqueles que se julga terem sido os primeiros registos digitais do arquivo do Forte de Sacavém.

por vezes bibliotecas inteiras, ou até com um pequeno rolo de vegetais A3, cuidadosamente enrolado com as marcas de um elástico que, ressequido, já se partiu, num balde de gelo que se procura vender numa “feira de velharias” ao sábado de manhã, que compra por €5,00, e que vem mais tarde a descobrir publicado numa revista *Arquitectura*, identificando assim o seu autor? (Sanchez & Vasconcelos, 1955).

O tema dos espólios, e que destino lhes dar, não é novo. Foi título de notícia no jornal *Público* em 23 de Dezembro de 1997 (Salema, 1997), título que resulta da posição expressa pelo então director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) no prefácio do catálogo da exposição “Luís Benavente – Arquitecto”, ao considerar “tecnicamente injustificada” a integração destes documentos nesta instituição³, afirmando não aceitar mais nenhum espólio de arquitecto. Reconhecendo ser a preservação e valorização destes espólios específicos uma tarefa a incentivar, lembra ter a Associação dos Arquitectos Portugueses proposto uma “Arquivo de Espólios de Arquitectos” há uma década atrás, sem que tal fosse concretizado. Lista ainda as instituições que então tinham nos seus fundos este tipo de espólio — “Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, Associação dos Arquitectos, Faculdade de Arquitectura do Porto, Câmara Municipal de Matosinhos, Centro de Documentação Álvaro Siza”, sugerindo que deveriam ser a essas instituições que se deveriam dirigir aqueles que se estivessem a questionar sobre o destino dos materiais que resultaram da prática da profissão da arquitectura em Portugal.

Contudo, o tema tem na origem a exposição retrospectiva da obra de Raúl Lino (1878-1974) na Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)⁴, na qual Pedro

³ No âmbito do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, o site dedicado à colecção de Espólios literários da BN, a definição de “Espólios” é clara na sua orientação para documentos escritos e coleccionados, correspondendo aos “arquivos que correspondem ao conjunto de documentos, manuscritos e similares, produzidos e coleccionados por um autor. Mantêm, em princípio, a unidade estabelecida pela personalidade que lhe dá o nome. Embora as características de cada acervo variem em função da actividade literária e da intervenção cultural e cívica do autor são, regra geral, unidades orgânicas compostas por uma ou mais versões dos seus manuscritos, pelos documentos que lhe foram enviados (correspondência, por exemplo) e pelos que o próprio coleccionou. Os mais recorrentes são os conjuntos de recortes de imprensa, as fotografias, os documentos biográficos ou os manuscritos de terceiros”. <https://acpc.bnportugal.gov.pt/espolios.html>, consultado em 13 de Setembro de 2022. E ainda: “Adquiridos por compra, mas também — e em número significativo — por doação de particulares, os Espólios estão organizados em quatro grupos: Espólios, Coleções, Depósitos (para tratamento documental, mas que, regra geral, continuam a ser propriedade privada) e Manuscritos Avulsos”. <https://acpc.bnportugal.gov.pt/arquivo.html>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

⁴ Proposta pelo seu neto e arquitecto Diogo Lino Pimentel — com contributos de José-Augusto França, Pedro Vieira de Almeida, Manuel Rio de Carvalho e o Lino Pimentel — que assim propunha a exposição não apenas como uma homenagem, mas como uma oportunidade para “através dela [serem] repensados também mais de 70 anos da nossa cultura”, e considerando a FCG

Vieira de Almeida faz parte da comissão científica, e se propõe contribuir com um “estudo-base designado por “o corpo ideológico da obra de R. L. no seu enquadramento histórico [...] que se ocuparia do sector Arquitectura da exposição”. Esta exposição, seria uma primeira aproximação à divulgação da arquitectura contemporânea a que a FCG considera dar continuidade⁵.

O contacto com o acervo de Raúl Lino terá motivado uma inquietação em Pedro Vieira de Almeida levando-o, em 16 de Agosto de 1970, a apresentar a “Primeira Proposta à Fundação Calouste de Gulbenkian de um núcleo de estudos de arquitectura”, considerando

já se sentir a falta em Portugal de um núcleo de estudo de problemas arquitectónicos, que sem estar imediatamente ligado a interesses práticos definidos, pudesse [...] elaborar um arquivo de desenhos e projectos que existem dispersos em casas de familiares de alguns dos arquitectos desaparecidos, o que entre nós tem especial interesse dados que muitos dos projectos mais audaciosos não foram realizados nem conheceram qualquer publicidade por falta de imprensa especializada que intervesse nesse sentido, o que aconteceu em outros países,

acrescentando um sexto objectivo

“finalmente constituir um arquivo fotográfico documental com inapreciável valor para futuros estudiosos de história da arquitectura moderna em Portugal, englobando imediatamente e com prioridade aquelas obras que apesar do seu mérito próprio estão já condenadas a desaparecer em virtude do crescimento da cidade” (Ucha, 2022; P. V. Almeida in Ucha, 2022, p. 317)

terminando com a proposta de instalar um gabinete piloto nas instalações da fundação. Salienta-se desta proposta a sua percepção de que a história

“a única entidade dispondo de meios necessários à concretização dessa ideia, que simultaneamente exige investigação, visão histórica, perspectiva crítica, técnica expositiva, instalações adequadas, e um orçamento compatível” (Baião, 2015).

⁵ Sobre a exposição de Raúl Lino, “o objetivo era claro: «facultar uma informação objectiva num domínio pouco ou nada explorado na cultura nacional: a história da arquitectura contemporânea» (Portas, Colóquio. Revista de Artes e Letras, n.º 61, dez. 1970, pp. 14-21). Esta exposição chegou a ser referida pela FCG como a primeira de uma série de mostras dedicadas a «arquitectos e correntes de arquitectura em Portugal entre fins do século XIX e os primeiros “modernistas” dos anos 20-30 do século XX» (*ibidem*). Esta série não chegou a avançar nos moldes inicialmente previstos, e a exposição seguinte, dedicada à obra de Carlos Ramos (1897-1969), só veio a ser realizada em 1986” (Baião, 2015).

da arquitectura também se faz de projectos não realizados, tese que, em 1984, encontra expressão no termo “anti-história”, valorizando exactamente os projectos não construídos (Ucha, 2022).

Como nos dá a saber Margarida Ucha (2022) na sua recente tese de doutoramento, a FCG responderá apenas em Outubro 1974 remetendo a “obrigação” de implementação deste projecto para o “futuro Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional que está em organização oficial”, sugerindo ainda a consulta à AICA. Saliente-se que, dez anos mais tarde, Pedro Vieira de Almeida retoma o argumento da criação de um “Arquivo Nacional de Desenhos de Arquitectura” em artigo publicado na série de colunas de opinião “Arquitectura Reflexa” em 1984 no Diário de Lisboa⁶, com o título “Um Arquivo adiado” (Ucha, 2022), tema já explorado em artigo anterior (André & Marino, 2020).

No entanto, para além da “obrigação” de cumprir com essa função, como referido pela FCG, qual a instituição que tem essa vocação? Qual a que tem essas pessoas, os necessários recursos materiais e condições técnicas? A esta pergunta responderá certamente a Secção de Arquivos de Arquitectura do Conselho Internacional de Arquivos (SAR-ICA)⁷, criada em 2000 durante o Congresso Internacional de Arquivos, com o objetivo principal de promover a elaboração de registos arquitectónicos em todo o mundo, incluindo registos em ambientes construídos⁸. E responde ainda à questão sobre o que é um Arquivo?:

subproduto documental da atividade humana retido por seu valor de longo prazo. São registos contemporâneos criados por indivíduos e organizações à medida que realizam seus negócios e, portanto, fornecem uma janela direta sobre eventos passados. Eles podem vir em

⁶ 14 Novembro, 3-4, a que se segue no artigo seguinte, de 27 Novembro, com o título “Registo e periodização na Arquitectura moderna”; cf. Ucha, 2022.

⁷ A Secção de Registos Arquitectónicos do International Council on Archives (ICA-SAR) foi criada em 2000 em Espanha, durante o Congresso Internacional de Arquivos, constituindo-se com Estatutos em Lisboa, 2004. João Vieira é presidente no Congresso de 2010, em Sevilha. <https://www.ica.org/en/about-architectural-archives-sar>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

⁸ E ainda “incentivar a identificação e a preservação de registos arquitectónicos em ateliers, nas mãos de particulares, e em órgãos locais ou nacionais, de modo a torná-los acessíveis ao público e aos investigadores; promover o conhecimento e aplicação das melhores práticas arquivísticas; incentivar a alocação de recursos para arquivos de arquitetura em áreas do mundo onde não existem centros especializados; ser um fórum para todos os responsáveis pelo cuidado dos registos arquitectónicos; representar os pontos de vista e interesses dos arquivos de arquitetura no Conselho Internacional de Arquivos; manter vínculos e desenvolver projetos conjuntos com a comunidade internacional de museus de arquitetura no campo da educação, exposição, pesquisa e conservação” (*idem*).

uma ampla gama de formatos, incluindo escrito, fotográfico, imagem em movimento, som, digital e analógico. Os arquivos são mantidos por instituições e indivíduos públicos e privados em todo o mundo.

O ICA lista ainda as quatro qualidades de um Arquivo, para que tenha valor para a sociedade: ser um recurso confiável, requerendo Autenticidade (“o registo é o que afirma ser, criado no momento em que foi documentado e pela pessoa por quem o documento afirma ter sido criado”), Confiabilidade (“eles estão representando com precisão o evento, embora seja através da visão da pessoa ou organização que cria esse documento”), Integridade (“o conteúdo é suficiente para dar uma imagem coerente. Infelizmente nem todos os arquivos estão completos”) e Usabilidade (“o arquivo deve estar em local acessível e em condições de uso. Terremotos, furacões e guerras, por exemplo, podem inutilizar os arquivos”)⁹. Na área da arquitectura, salienta a SAR-ICA que, “para que um arquivo seja autêntico e confiável, precisamos preservar seu contexto para entender como, por que e quem o criou, seu conteúdo e seu formato (a maneira como é apresentado como documento)”.

Afinal, aqui estarão representadas as principais instituições em Portugal que têm à sua responsabilidade arquivos de arquitetura¹⁰. No entanto para o cidadão comum que se confronta com essa questão, não será aí que procurará resposta para aquilo que passou a ser um “problema”. A sua preocupação, na generalidade, centra-se na valorização futura que a investigação poderá desenvolver se os materiais estiverem, em primeiro lugar não dispersos, e em segundo se não estiverem apenas depositados e salvaguardados, mas disponibilizados à consulta. Sobre a relevância da disponibilização para consulta e investigação da documentação, salienta-se a necessidade da sua divulgação, como salientado em Fevereiro 2008, no encontro “Projecto Arquivos de Arquitectura, da Biblioteca de Arte da FCG”, onde Ana Tostões apresentou comunicação “Projecto Arquivos de Arquitectura: Disponibilização dos Espólios de Raúl Lino e Cristino da Silva”.

Mas se os espólios destes autores são de inquestionável valor para a história da arquitectura portuguesa do século XX, outros de menor dimensão, projecção e divulgação permitem contextualizar uma prática profissional, lembre-se de elite no princípio do século, e que se veio a democratizar,

⁹ ICA – International Council on Archives. (2022). *What are archives?* <https://www.ica.org/en/what-archive>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

¹⁰ Congresso Internacional de Arquivos de Arquitectura sob o tema “Experiências Profissionais na Diversidade Cultural”, em Braga (Portugal), de 25 a 27 Setembro 2019. <https://www.ica.org/en/about-architectural-archives-sar>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

particularmente após a década de 70 com o acesso à formação superior pública, e posteriormente na década de 80 com a formação aberta às escolas privadas. E aqui surge o “boom” do número de arquitectos na prática profissional, em 2009 acrescentada com a revogação do “73/73”¹¹, que incentivou “não-arquitectos” com formação então considerada suficiente para a elaboração de projectos, procurarem a actualização e a formação específica em arquitectura, mantendo a sua actividade de projectistas.

Eventos como “Pensar os Arquivos de Arquitectura como um modo de escrita da História”¹², que teve lugar no Brasil, reunindo investigadores para debater a questão da “versão da história da arquitectura” que a investigação dos espólios disponíveis permite, excluindo aqueles documentos que não foram salvaguardados, são da maior importância. Não se pode apresentar uma visão realista e factual do passado ao ser exclusiva. O facto de, no Docomomo Brasil, ter sido apresentada comunicação com o título “Arquivos e Coleções de Arquitectura: A revisão historiográfica em debate”¹³, indica estar este país atento a esta questão, relevante face ao património de origem portuguesa aí construído¹⁴.

Em Portugal, o Encontro anual “Cidades, Arquitectura e Arquivos no Contexto Ibérico”, em 2021 na sua 3.ª edição¹⁵, reuniu arquitectos, investigadores de arquitectura e arquivistas dos meios académicos e municipais/distrital para debater a organização, classificação, inventariação destes conjuntos de documentos específicos, tendo gradualmente ganho algum destaque os arquivos municipais e distritais¹⁶. Nestes encontros, destaca-se a discussão de temas como a decisão de manutenção da classificação de

¹¹ O Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro, definia no seu Artigo n.º 1, alínea 2 os requisitos de qualificação dos técnicos responsáveis pelos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal: “Os projectos deverão, conforme o disposto nos artigos seguintes, ser elaborados e subscritos por arquitectos, engenheiros civis, agentes técnicos de engenharia civil e de minas, construtores civis diplomados ou outros técnicos diplomados em Engenharia ou Arquitectura reconhecidos pelos respectivos organismos profissionais”. Note-se ter sido este Decreto revogado pela Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho.

¹² Peixoto, P. (Coord.). (2020). *VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitectura e Urbanismo*, Brasília.

¹³ 13.º seminário Docomomo Brasil “Arquivos e Coleções de Arquitectura: A revisão historiográfica em debate”. Salvador da Baía, Brasil. 7 a 10 Outubro 2019.

¹⁴ Ver portal Património de Influência Portuguesa (HPIP) em <https://hPIP.org/pt>, ou a versão impressa (Mattoso, 2012).

¹⁵ Em 2021 organizado pela Casa da Arquitectura e o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Em 2020, com a coordenação científica de Paulo Jorge Batista e Ricardo Costa Agarez na Universidade de Évora, e em 2019 no Centro de Informação Urbana de Lisboa.

¹⁶ Como exemplo de trabalho sobre o sistema documental de Januário Godinho no Arquivo Municipal Alberto Sampaio, em Vila Nova de Famalicão, apresentando o caso do Projecto do Novo Edifício dos Paços de Concelho, Tribunal de Vila Nova de Famalicão.

origem, ou seja, do *atelier* ou dos serviços, onde ou para os quais foi o documento criado, como identificador também ele com significado.

Em 2019 a Ordem dos Arquitectos (OA) disponibiliza uma breve sistematização sobre “Espólios de Arquitectos | Localização dos Arquivos”, contendo dados sobre 80 arquivos onde se poderá consultar a documentação de arquitectos portugueses¹⁷. A tabela infra lista e quantifica o número de espólios em cada instituição (ver Tabela 1). Da leitura dessa tabela observa-se ter Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) distribuído o seu espólio por 4 instituições¹⁸, Álvaro Siza Vieira (1933) por duas instituições nacionais e uma internacional¹⁹, e Carlos Chambers Ramos por duas²⁰.

17	Centro de Documentação da FAUP
15	Fundação Marques da Silva
13	Forte de Sacavém
7	Fundação Calouste Gulbenkian
5	Centro de Documentação 25 de Abril
4	Arquivo Municipal de Lisboa
2	Arquivo Distrital de Leiria
2	Arquivo Nacional Torre do Tombo
2	Faculdade de Arquitectura de Lisboa, encontra-se a tratar este Espólio na Biblioteca Nacional
2	Fundação de Serralves
1	Arquivo Histórico Municipal de Abrantes
1	Biblioteca Municipal de Castelo Branco
1	Instituto Superior Técnico, NArQ
1	Laboratório Nacional e Engenharia Civil
1	Ministério da Educação - Secretaria-Geral
1	Universidade de Évora
1	Canadian Centre for Architecture (*estrangeiro)
1	Museu do Design e da Moda

Tabela 1. Espólios listados pela Ordem dos Arquitectos, 2019.

Esta listagem, embora incompleta face à actualidade, e eventualmente no próprio momento da sua execução, reflete a dispersão por instituições

¹⁷ https://oasrs.org/media/uploads/Esp_Arq_31Jan2019.pdf, consultado em 13 de Setembro de 2022.

¹⁸ Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Évora (bibliografia sobre arquitectura portuguesa), LNEC (espólio documental sobre habitação e urbanismo) e FCG (espólio do Movimento de Renovação da Arte Religiosa).

¹⁹ FCG, Fundação de Serralves e *Canadian Centre for Architecture*.

²⁰ Forte de Sacavém e FCG.

que, à partida, não teriam as condições necessárias para este tipo de arquivo: específico de arquitectura. Os sete arquivos distritais e municipais que então identificados como detentores de espólios nesta data, não refletem o relevante papel destas instituições na organização, estudo e disponibilização dos processos de obra particulares²¹, da mesma forma que os arquivos centrais terão em arquivos os processos das obras públicas à sua responsabilidade.

Mas regressando a esta síntese, e a título de exemplo de instituições com um número limitado de espólios, verifica-se que em Lisboa, o Arquivo do Instituto Superior Técnico (IST) acolhe do arquivo de Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) os desenhos e documentos referentes aos pavilhões do IST, que publica em Catálogo (2013) e disponibiliza os registos *online*²². Igualmente como exemplo, veja-se o Arquivo Nacional Torre do Tombo, onde se encontram depositados os fundos Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896)²³ e Luís Benavente (1902-1993)²⁴, o primeiro legado em 1915 e o segundo com doação oficial pela viúva em 1995, tendo recebido a designação de “Arquitecto Luís Benavente, Espólio Profissional”. Deste último, a escritura pública refere o compromisso da publicação do catálogo do espólio “no prazo de doze meses” e uma exposição de apresentação da obra, sendo que tiveram lugar em 1997²⁵. No entanto, a estrutura da organização da documentação, adoptada pela equipa responsável pelo Catálogo (ver Tabela 2), não refere a original definida pelo seu autor, sugerindo ter seguido critério arquivístico e não de organização pessoal. Sobre esta tabela, esclareça-se ainda que a Fundação Mário Soares acolhe os espólios de Mário e Maria Alice Lami Chicó, de que são destacados os “estudos sobre o património monumental em Portugal, e em diversos países europeus, na Índia e no Brasil”²⁶.

²¹ Nomeadamente o trabalho de Paulo Jorge Batista nos arquivos do Município de Lisboa.

²² <https://naraq.tecnico.ulisboa.pt/files/sites/25/Cat%C3%A1logo-do-arquivo-do-Instituto-Superior-T%C3%A9cnico.pdf>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

²³ Com cerca de 7000 documentos, em papel e provas fotográficas, do período entre 1833 e 1895 contém maioritariamente correspondência, e ainda projectos de intervenção em edifícios de Lisboa. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4221413>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

²⁴ Deste fundo arquivístico, com 164 caixas com desenhos e plantas, fotografias, diapositivos e películas, em papel, do período entre 1889 e 1990, destacam-se os documentos inerentes à sua actividade profissional, desde documentos de carácter pessoal, a projectos (desenvolvidos a diversas escalas), documentação de apoio à prática (catálogos de materiais, legislação, etc.) e à teoria, de que se destacam cartas e recomendações na área da preservação do património, e propostas para a sua conservação e protecção. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222690>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

²⁵ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (1997). *Luís Benavente: arquitecto*. IAN/TT. Acessível na Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. (L 648). Inclui o “Catálogo do espólio”.

²⁶ Casa Comum – Fundação Mário Soares. (s. d.). *Mário e Alice Chicó*. http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_760, consultado em 13 de Setembro de 2022.

LB Luís Benavente	
● A Documentos pessoais	●001 Documentos pessoais
	●002 Actividade escolar e profissional
	●003 Associações
● B Projectos privados	
● C Projectos públicos	●001 Projectos feitos para o Ministério das Obras Públicas
	●002 Projectos feitos para o Ministério do Ultramar
	●003 Projetos municipais
	●004 Outros projetos
● D Administração do atelier	●001 Correspondência
	●002 Contabilidade
	●003 Documentação técnica
	●004 Mapas e plantas
	●005 Recortes de imprensa
	●006 Catálogos
● E Preservação e património	
● F Desenhos de pormenor	
● G Legislação 1940/1940	
● H Fotografias e diapositivos	
● I Information not available	

Tabela 2. Estrutura da organização da documentação, adoptada pela equipa responsável pelo Catálogo²⁷.

A Norte, na década de 80 do século XX, a extinção da 1.ª secção da ESBAF dá origem à criação do Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP, com o tratamento dos trabalhos académicos, de que se destacam os CODA (Concurso para a obtenção do Diploma de Arquitecto) e Relatórios de Estágios, e em 1986 a doação do arquivo de Manoel Marques, incluindo desde então o arquivo de arquitectos portugueses, em especial portuenses, que segundo Manuel Mendes, apenas ambiciona ser uma “unidade de documentação de arquitectura” (Mendes, 2004, p. 13). Em conjunto com a Fundação Marques da Silva (FIMS), tinham já em 2009 à sua guarda 32 espólios, um número significativo a nível nacional. A recente notícia da Universidade do Porto (UP) de 13 de Abril de 2022²⁸, dá nota de se ter criado um novo centro de documentação da arquitetura portuguesa resultante da junção dos arquivos e acervos da FIMS e Faculdade de Arquitectura, ambos sob a égide da UP: “cerca de 60 arquivos pessoais de arquitetos portugueses, relevantes para a caracterização da arquitetura desenvolvida em Portugal entre finais do século XIX e a primeira década do século XXI”, num conjunto de “cerca de 290.000 peças desenhadas, 550 maquetas, 23.000 publicações e 114.000 registos fotográficos e/ou digitais”, com particular ênfase para a

²⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2000). “Base de dados de descrição arquivística”. ANTT. Disponível no Sítio Web e na Sala de Referência da Torre do Tombo, consultado em 13 de Setembro de 2022.

²⁸ <https://noticias.up.pt/fundacao-marques-da-silva-e-faup-juntam-acervos-arquivos/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

produção dos arquitectos da “Escola do Porto”. O que levanta alguma perplexidade e preocupação, é a referência à doação, nesse mesmo dia, de acervos “apadrinhados”, ou seja, fechando ainda mais o apertado cerco à possibilidade de acolhimento do espólio de arquitectos “não-apadrinhados”.

E porque as questões de género são emergentes, refere-se a fraca representatividade de arquitectas, constituindo legado de inegável valor o de Maria do Carmo Matos — pela especificidade da sua prática nas construções escolares, à guarda da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, e de Maria João Laginha²⁹, acervo da filha de Manuel Laginha entregue juntamente com o de seu pai, Manuel Maria Laginha (1919-1985) ao Forte de Sacavém, e cuja prática profissional será pouco conhecida.

Não poderíamos terminar este tema sem referir a recente opção tomada pelos herdeiros de João Álvaro Rocha (1959-2014)³⁰ que decidiu manter o acervo no local de trabalho, o “escritório”, contextualizado e preservado *in situ*, disponibilizando à investigação um manancial de documentação que encontra aqui o autêntico e singular ambiente de trabalho do autor. Para isso estabeleceu um protocolo com a Câmara Municipal da Maia e criou a APJAR, Associação Pró-Arquitectura João Álvaro Rocha, com o objectivo maior de “construir um espaço aberto a escolas, investigadores e à população em geral, onde se possa, a partir da matéria e da memória, aumentar o conhecimento dos processos arquitectónicos e urbanos”³¹, cujo *website* está acessível em três línguas aumentando o potencial de alcance para a sua investigação. Lançou ainda este ano (2022) o Prémio Municipal de Arquitectura João Álvaro Rocha (PMAJAR)³², que desta forma divulga também o espólio, cumprindo com um dos objectivos maiores de um arquivo que se quer vivo e útil para as gerações actuais e futuras. Só com base na

²⁹ Em documento do Forte de Sacavém “Directório de Arquivos Pessoais e Espólios” que lista 22 autores, a saber arquitectos, paisagistas designers, artistas, desenhador e investigador, com componentes diversos do período final do século XX, entre 1979 e 2001, Maria João Laginha surge, a par do artista plástico Eduardo Nery, com a designação de “documentos electrónicos” em componentes do espólio, embora com 3.000 e Nery com apenas 35. http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/ArquivosColecoes/FD-03%20-%20Directorio.pdf, consultado em 13 de Setembro de 2022.

³⁰ Estudante Ilustre da UP, https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20jo%c3%a3o%20c3%a1lvaro%20rocha, consultado em 13 de Setembro de 2022.

³¹ <https://joaoalvarorocha.pt/apjar/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

³² Uma parceria com o Município da Maia, com o apoio da Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Norte, para “distinguir Edificações e Espaços Públicos, localizados no Município da Maia, que se destaquem pela sua qualidade arquitectónica, pela sua função social e cultural e inserção urbana”. <https://www.culturaportugal.gov.pt/pt/criar/apoios/diversos-2022/premio-municipal-de-arquitetura-joao-alvaro-rocha/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

listagem apresentada sobre a equipa que trabalhou com este arquitecto — em arquitectura (9), desenho urbano e planeamento urbanístico (2), empresas de arquitectura associadas (7), engenharias (18), *design* gráfico (1), mobiliário e decoração (1), medições e orçamento (2), maquetes (2), imagem virtual (3) e fotografia (3) —, sem referir as publicações nem as exposições, se poderá compor um pequeno vislumbre da variedade e quantidade de documentação produzida, património material que está actualmente naquele ex-escritório, actual arquivo.

No entanto, levanta-se a seguinte questão: será esta a vocação dos actuais *ateliers*? Por ter encontrado uma alternativa às vias institucionais normais, que permite o contacto directo com a produção e o processo do autor, acessível sem burocracias ou requisitos formais de morosa resolução, o trabalho da APJAR é uma raridade indubitavelmente merecedora de uma menção valorativa e de estima, uma vez que o arquivo do arquitecto não foi conscientemente criado como um registo histórico, mas como um registo contemporâneo, cujos documentos deverão ser entendidos sob a perspectiva de quem o produziu e porquê³³. Contudo, levanta a questão sobre as condições que estão criadas, ou não, para a salvaguarda dos arquivos, com a sua diversificada documentação e tipos de objectos, que constituem o acervo dos arquitectos em Portugal, que documental a sua prática profissional, teórica e experimental.

2.2. Documentação de Arquitectura

Como referido em relação ao espólio de João Álvaro Rocha, embora já do final do século XX e princípio de XXI, a documentação que regista a actividade profissional de um arquitecto é diversa, em forma, material e dimensão, requerendo por isso condições de espaço, temperatura e humidade específicos para cada peça, sendo também diversa nos objectivos que procurava atingir a produção de cada peça, seja um desenho, uma maquete, uma folha de papel com uma tabela orçamental, ou um *dossier* administrativo, ou ainda um protótipo de uma mesa, ou o catálogo de amostras de tecido. Estas preocupações são evidentemente acrescidas quando os materiais são antigos, onde o tempo fragilizou a sua constituição física e a deterioração causada por humidade, propagação de xilófagos, reacções químicas por contactos indesejáveis ou outras, ameaçam a sua extinção. E, por essa razão,

³³ E nesse sentido salienta-se a investigação em curso da doutoranda Arquitecta Elia María Bernardos Jiménez que explora mecanismos gráficos do arquitecto neste acervo.

se as obras construídas no século XX foram consideradas por Helena Roseta um “património frágil e ameaçado de degradação e extinção” (Afonso, 2007, p. 11), os documentos que lhes deram origem mais o serão.

Em conjunto com toda a produção arquitectónica anterior, estes em particular constituem-se como documentos essenciais a salvar e estudar, sendo património histórico único para a compreensão da arquitectura portuguesa, que complementa com as obras construídas, o conhecimento sobre a vida e obra dos arquitectos autores e os respectivos enquadramentos socioculturais, nacional e internacional. Contudo, a salvaguarda para estudo requer acesso à informação sobre os documentos, aos seus registos.

Actualmente, a forma de encontrar informação num arquivo requer um acesso a uma interface digital onde se inserem os dados referentes à pesquisa que se pretende efectuar para obter os registos que contêm a informação desejada, sendo que os resultados revelarão as características dos documentos existentes. Num arquivo, ao contrário de bibliotecas ou centros de documentação, as unidades de informação encontram-se em diversos formatos (maços, livros, rolos) acondicionados de diversas formas (em caixas, maços, pastas, etc.) contendo diferentes tipos de suporte (papel, vegetal, película, digitais, etc.). Os conteúdos podem ser manuscritos, desenhados, datilografados, impressos, digitais (imagens, vectores), etc. No caso de arquitectura, as peças escritas e desenhadas de um projecto serão um reflexo das etapas do projeto de arquitetura (e especialidades), a diversas escalas de representação. Os registos de projectos (esquícios, desenhos, fotografias, maquetas, correspondência, peças escritas, etc.) irão requerer a sua digitalização, para que a acessibilidade pública seja efectuada ao suporte digital, e não ao original, requerendo a definição de enquadramento jurídico, aplicações informáticas e produção de conteúdos, particularmente numa época em que a protecção de dados requer particular atenção.

Mas para que se aceda a estes objectos foi preciso responder a perguntas como: como se acede aos arquivos? Como foram feitos os pré-inventários, ou inventários preliminares de recepção da documentação? E que tipo de documentação acolheu? Como se organizou? Como se efectuou a sua conservação e preservação?

A especificidade de documentos e arquivos de arquitectura apresenta distinções e semelhanças relativamente a outras tipologias de documentos e arquivos, criando expectativas da sua utilização pela comunidade científica, e também pelos cidadãos em geral (Vieira, 2010)³⁴. Será uma das razões

³⁴ Conferência proferida a 30 de Outubro de 2009 pelo então Director do SIPA.

dos encontros, nacionais e internacionais, de arquivistas e arquivos, como foram o “Encontro de Arquivistas sobre Arquitectura e Arquivos”, que teve lugar na FAUP em 2002 (Mendes et al., 2004), e o “Congresso Internacional de Arquivos Arquitectónicos em 2019” (Arquivo Distrital de Braga, 2021), cuja disponibilização das actas permite melhor conhecer as problemáticas e soluções encontradas, aplicadas e seus resultados.

Quando um documento não é mais necessário para o uso para o qual foi criado, é arquivado, e assim se constituem os arquivos de arquitectura nos *ateliers*, ou “escritórios” como denominam no Norte: por desistência do cliente, ou do arquitecto, por término da obra e concretização física do delineado em peças desenhadas, escritas e maquetas, ou simplesmente porque se procurou desenvolver uma solução para um problema geral, e não houve qualquer receptividade a essa proposta. Actualmente, os inúmeros emails e ficheiros de obra são guardados em *backups* em discos externos, os registos fotográficos de obra são arquivados em suportes digitais, elementos gráficos são produzidos e excertos de textos são seleccionados das memórias descritivas, esperando oportunidade de divulgação, enquanto se faz *upload* de promoção no site do *atelier*, no campo “portfólio”. Fecha-se um processo, com um número de código interno que permite a localização da informação num futuro (quem sabe pedirão alterações ao agora construído, ou adaptações a outras funções), e perde-se o ritmo das visitas de obra que durante meses fizeram percorrer centenas de quilómetros semanalmente para o encontro com os “construtores do desenho”, os efectivos concretizadores das ideias, que traspõem do desenho para a realidade, cada vez com mais dificuldade na interpretação dos documentos, e cada vez com mais desconhecimento das “melhores regras da arte de construir” no panorama actual da construção em Portugal. Mas regressemos aos arquivos.

O reconhecimento da importância dos arquivos de arquitectura (Cellule Architecture de la Fédération Wallonie-Bruxelles & ULB/Faculté d’Architecture, 2013), que se encontra na documentação da disciplina, na participação na sua compreensão e (re)conhecimento, bem como no estudo para a necessária atualização das suas práticas, requer a partilha de uma cultura arquitectónica comum que reconheça valor a este período de produção arquitectónica significativa em Portugal, o século XX. E para que tal aconteça, será de acompanhar iniciativas para lá das fronteiras, e enquadrar práticas nacionais no contexto internacional — como por exemplo o simpósio “Arquivos arquitectónicos na comunidade Francesa: que política?”, na Federação Valônia-Bruxelas, que produziu o “Livro Branco” dos arquivos de arquitetura e extrai 30 recomendações para uma política pública de arquivos arquitectónicos; ou em 2011, pela mão da já mencionada SAR-ICA, o conjunto de recomendações

direccionado para a preservação de registos de arquitectura dos séculos XIX e XX em arquivos, bibliotecas, museus ou locais da prática profissional: os *ateliers* de arquitetura, apresenta (Cardinal et al., 2000).

A revista internacional especializada em arquivos *Comma* dedicou em 2009 um número aos documentos de arquitectura (Conde & Vieira, 2009), abordando a sua gestão e arquivo, apresentando ferramentas de apoio à elaboração dos registos e à promoção ao seu acesso. Saliem-se aqui duas contribuições, uma que trata a questão da limitação física dos arquivos — caso do Museu de Arquitectura Finlandesa que reconhece que a política original de aquisições centradas na qualidade artística da arquitectura originou a necessidade de eliminar materiais já adquiridos, e no futuro, tomar decisões sobre como lidar com materiais que existem apenas eletronicamente (Keinänen, 2009) —, e outro artigo sobre a vocação de um arquivo para projectos, sediado numa universidade para apoio ao ensino e à investigação, que se foi organizando em torno de temas específicos (Tonicello, 2009), operacionalizando assim a resposta à questão colocada no artigo anteriormente referido.

Porém, se a disseminação de boas práticas é praticada em encontros e publicações, a dispersão dos espólios por estruturas sem condições de conservação e sem os recursos humanos nem equipamentos adequados, é uma questão preocupante e em debate. Valorizam-se assim as instituições que se dedicam especificamente a esta relevante tarefa em Portugal.

2.3 Arquivos de arquitectura em Portugal e a função arquivística

Uma breve pesquisa sobre os arquivos em Portugal com documentação relacionada com a disciplina da Arquitectura revela diversas instituições, públicas e privadas. Mas comecemos pela FCG que no seu site informa:

A Biblioteca possui, nos seus fundos, importantes espólios de arquitectos portugueses que constituem nomes de referência na evolução da arquitectura nacional. Recentemente iniciou-se o processo de digitalização desses espólios no sentido de os tornar mais acessíveis aos estudiosos e ao público em geral. Nesta página pode pesquisar os espólios já disponíveis³⁵.

³⁵ <https://www.bibartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=15543810300F4.181&profile=ba&menu=tab13&submenu=subtab86&ts=1554387252201>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

A página do Arquivo Municipal de Lisboa (AML) esclarece ser este “constituído pelo conjunto de documentos produzidos e recebidos pela CML, no exercício das suas competências, tendo como grandes objectivos a sua preservação e divulgação, competindo-lhe garantir uma gestão integrada do valioso e reconhecido espólio e acervo documental”. De entre os “recebidos”, e porque se reflete sobre os arquivos de arquitectura do século XX, refiram-se os incorporados arquivos particulares de Cassiano Branco (1897-1970), de José Luís Monteiro (1848-1942), de Ruy Jervis d’Athouguia (1917-2006), e de Keil do Amaral (1910-1975), para além de fotógrafos e escritores (Neves, 2004).

No Norte destacam-se três instituições: a Casa da Arquitectura (CA), a Fundação Marques da Silva (FIMS) e a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP). A CA, que abriu em 2017 em Matosinhos, pretende ser constituída por acervos resultantes de doações ou depósitos, projetos e colecções “de arquitetura de relevante interesse para o estudo da arquitetura e do urbanismo”, incluindo colecções “reunidas no decurso da atividade cultural desenvolvida pela instituição”, de que se destaca a Colecção de Arquitectura Brasileira – da Modernidade à Contemporaneidade. Apesar de ter um acordo com vários arquitectos para aí depositarem os seus espólios, tem também recebido diversas doações, como são exemplo o projecto do Museu dos Coches (pelo autor), dois projectos de habitação social em Matosinhos (pelos herdeiros do autor) e espólio de arquitecto brasileiro (pela família). Souto de Moura optou pelo depósito, e não pela doação, da restante (toda?) documentação do seu acervo, onde a doação de acervos e ou espólios depende de protocolos com os próprios ou com familiares.

A FIMS e a FAUP decidiram este ano (2022)

juntar acervos e arquivos «num novo centro de documentação da arquitetura portuguesa». Ao todo são cerca de 60 arquivos pessoais de arquitetos portugueses, relevantes para a caracterização da arquitetura desenvolvida em Portugal entre finais do século XIX e a primeira década do século XXI³⁶.

No cômputo geral, a maior dificuldade com que os arquivos em Portugal se debatem na actualidade, será a de cumprir cabalmente com os objectivos

³⁶ Em 21 de Abril de 2022, FAUP Comunicação. <https://espacodearquitetura.com/noticias/fundacao-marques-da-silva-e-faculdade-de-arquitetura-juntam-acervos-e-arquivos/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

de salvaguarda e preservação de documentos e assegurar que esses documentos são acessíveis e inteligíveis, ou seja, cumprir com a inerente função arquivística (Conselho Internacional de Arquivos, 2005). Neste âmbito se destaca o Forte de Sacavém e o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).

2.4. O Forte de Sacavém e o SIPA

O SIPA é um sistema de informação e documentação sobre património arquitectónico, urbanístico e paisagístico português e de origem ou matriz portuguesas, baseada no Inventário de Património Arquitectónico (IPA), cuja base de dados permite o acesso a documentos em arquivo, que aqui são salvaguardados e assim valorizados. Trata-se de um conjunto documental único com origem no acervo institucional que esteve à guarda da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) — criada em 1929 até à sua infeliz e inexplicável extinção em 2007³⁷ — de que se destaca não só as intervenções de conservação e restauro empreendidas em edifícios e monumentos, cujos registos das obras efectuadas nas primeiras décadas são de consulta e estudo obrigatórios em qualquer intervenção física neste património, como todos os acervos de arquitectos que se lhe juntaram mais tarde, constituindo-se no seu todo como fontes documentais³⁸ incontornáveis da arquitectura do século XX. O legado do sistema informático desenvolvido pela DGEMN foi então herdado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), onde o SIPA esteve integrado, tendo o projeto passado a ser tutelado pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) em 2015. O SIPA tem como objectivo específico “promover a produção e a recolha, o processamento e a conservação, o acesso e a utilização de mais e de melhor informação e documentação autêntica sobre arquitetura e sobre património arquitectónico, urbanístico e paisagístico” (ver Tabela 3), o que pratica com a disponibilização *online* dos registos das fichas de inventário em SIPA (<http://www.monumentos.gov.pt/>).

³⁷ Criada pelo Decreto n.º 16791, de 25 de Abril de 1929, a DGEMN teve 77 anos de actividade ininterrupta, até à sua extinção a 27 de Agosto de 2007, por força do Despacho n.º 21217/2007. A DGEMN desenvolveu um sistema de informação a partir dos anos 90, que inclui o Inventário do Património Arquitectónico (IPA).

³⁸ “Designação do programa de salvaguarda e valorização dos arquivos à guarda da DGEMN, iniciado em 1996” (Vieira, 2004).

Espólios e arquivos pessoais integrados no SIPA

- António Viana Barreto
- Carlos Chambers Ramos
- Carlos de Oliveira Ramos
- Daciano da Costa
- Eduardo Nery
- Francisco Caldeira Cabral
- Francisco dos Santos
- Frederico George
- Gonçalo Ribeiro Teles
- Guilherme Faria da Costa
- Ilídio de Araújo
- Jorge Viana
- Leonardo Castro Freire
- Cottinelli Telmo
- Manuel Laginha
- Maria João Laginha
- Porfírio Pardal Monteiro
- Raul Chorão Ramalho
- Vasconcelos Esteves
- Vítor Figueiredo

Tabela 3. Para além de espólios e arquivos pessoais de arquitectos, o SIPA integra documentação de paisagistas e designers. Fonte: Vieira, J. (2008, Março 13). *Arquivos de Arquitectura e Sistemas de Informação sobre arquitectura: uma relação cooperativa*. <https://pt.slideshare.net/biblarte08/arquivos-de-arquitectura-fcg-2008-v-1>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

Sobre os documentos à guarda do SIPA, Ana Paula Figueiredo³⁹ relembra a herança do “saber dos técnicos da ex-DGEMN” que, “nos anos 1970 começaram a sentir alguma preocupação em reunir documentação sobre imóveis para fundamentar os projetos de obra”, e acrescenta: “A documentação então reunida foi a grande base que serve de início ao inventário. Em 1988 temos as primeiras fichas de inventário, ainda em papel, nas quais se preenchiam os campos de forma minimalista e se colavam as plantas e umas fotografias” (Tavares, 2017). Ao continuar a DGEMN sob a tutela das Obras Públicas, com a criação do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), em 1992, iniciou-se também aí uma base de dados de inventariação dos monumentos.

SIPA recebe o primeiro espólio de Arquitectura, de Frederico George, em 1998, sendo acolhido no Forte de Sacavém em 1999, data em que se estabelecem os Serviços de Arquivo e de Inventário da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, após intervenção de arquitectura de Luísa Cortesão, com o arquivista João Vieira, tendo sido adequadas as condições ambientais de temperatura e de humidade de acordo com as funções de cada espaço bem como foram atendidos os requisitos dos distintos circuitos de documentos, dos técnicos e dos visitantes. A disponibilidade de espaço

³⁹ Actual Chefe de Divisão de Arquivo, Documentação e Bibliotecas/Forte de Sacavém (DADB/FS) da Direcção-Geral do Património Cultural. Salienta-se o trabalho efectuado previamente por João Vieira, enquanto Coordenador do Departamento de Informação, Biblioteca e Arquivos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

de depósito conduziu a que, em 2019, contasse com 37 espólios nas áreas de arquitectura, engenharia, urbanismo, artes plásticas e *design* contemporâneos, e documentação entre, segundo a arquivista Cátia Taveira Martins, pelo menos, “1929 e 2007, embora exista alguma documentação anterior, dos séculos XVIII e XIX” (*idem*).

Um espólio — documental, bibliográfico, iconográfico (postais, diapositivos, fotografias, gravações áudio e vídeo, etc.) — de conteúdos profissionais, pode incluir espécies de carácter privado/pessoal. Caso a entrega apresente uma organização por temas, ou secções, será um indicador organizador do autor que os arquivistas deverão preservar, como já referido, embora se compreenda que por questões de acessibilidade, e quando em presença de elementos de diversas proveniências e características, a codificação normalizada deva prevalecer no âmbito de um arquivo de acesso público. Tal como os desenhos ou textos produzidos durante a elaboração de um projecto e ou obra, ou como as obras literárias⁴⁰, os livros e as revistas de arquitectura são testemunhos das ideias e cultura de uma época⁴¹ e, como tal, do desenvolvimento da profissão e da sua história. Ao acompanhar a doação, enquadra-se a produção arquitectónica nas referências que terão informado a produção arquitectónica. Por exemplo veja-se o caso de revistas de arquitectura japonesas que RCR tinha no seu *atelier* e em sua casa.

A entrega dos materiais produzidos no âmbito da arquitectura, em regime de comodato, doação, legado, herança, ou outro para arquivo, traduz-se nos próprios ou seus herdeiros confiarem caixas, rolos, charneiras, *dossiers*, fotografias, diapositivos, etc. a uma instituição que tem as condições para preservar, tratar, digitalizar e divulgar. E, ao preservar estes materiais, os arquivos de arquitectura fazem muito mais do que manter, preservar, divulgar: salvaguardam a autenticidade da obra arquitectónica construída, no sentido em que estes documentos constituem a base primordial projectual da obra construída.

No âmbito do reconhecimento do valor da arquitectura do século XX em Portugal, não se poderia terminar esta secção sobre o SIPA sem referir a sua importância para a elaboração do “Inquérito à Arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX”. Este inventário, que reúne a documentação da extinta da

⁴⁰ Desde 1981, a BN reúne no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, a colecção de Espólios literários, a que se têm vindo juntar um conjunto de revistas que contêm artigos de alguns dos autores associados às correntes de pensamento mais marcantes do século XX, nomeadamente a revista *Vértice*.

⁴¹ Ver projecto *Revistas de Ideias e Cultura* (RIC), secção de Arquitectura, que teve lançamento em 2019 com a revista *A Construção Moderna*. http://ric.slihi.pt/A_Construcao_Moderna/revista, consultado em 13 de Setembro de 2022.

DGEMN e do extinto Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), encontra-se entre as fontes consultadas para a realização deste trabalho para a OA, a par da consulta aos arquivos camarários e ao arquivo do IHRU.

3. Raúl Chorão Ramalho (1914-2002): um arquitecto completo

Raúl Chorão Ramalho nasceu no Fundão, a 23 de Fevereiro de 1914, e faleceu em Lisboa em 9 de Janeiro de 2002 (Mestre, 2002c), aos 88 anos de idade. Frequentou o Liceu em Coimbra, nos anos 30, formando o grupo de artistas com o sugestivo nome “Os Divergentes”. Aliás, terá sido deste convívio que ficou a amizade com alguns destes artistas plásticos (que irá convidar mais tarde a participar nos seus projectos) assim como a sua opção de formação, que se centrou em pintura. No entanto, e por oposição do pai, inscreve-se em arquitectura em 1932 na Escola de Belas Artes de Lisboa, a que se dedica, transferindo-se em 1935 para a Escola de Belas Artes do Porto, então sob a direcção de Carlos Ramos (1897-1969). Aqui contacta com uma arquitectura moderna, tão distante da ministrada em Lisboa, segundo Ana Tostões “académica e opressiva” (Tostões et al., 1997, p. 44). No Porto havia, recorda RCR em entrevista a Ana Sousa Dias, “outra liberdade”, para além do gosto do Estado Novo, a que chamava “português suave” (Dias, 1999). Aqui conclui a parte lectiva do curso em 1941.

Em 1942 ingressa nos Serviços de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa, onde trabalha com Keil do Amaral e Faria da Costa (1906-1971), e em 1944 inicia a sua actividade na Madeira em missão da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) para a Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira, órgãos do Ministério das Obras Públicas (MOP). Entre 1942 e 1945, tirocina com Paulo Cunha (1909-?) sendo chamado por Carlos Ramos (1897-1969), então professor na ESAP que, segundo Nuno Teotónio Pereira o apresentou como “jovem muito talentoso e já com provas dadas no atelier de Paulo Cunha” (Pereira, 1997, p. 39), aliás sendo aqui que se conhecem como tirocinantes. Inicia a sua carreira profissional em regime de profissão liberal em 1945.

No ano pós-Segunda Guerra Mundial, sob iniciativa de Keil do Amaral, faz parte dos fundadores das “Iniciativas Culturais de Arte e Técnica” (ICAT). Tratava-se de um grupo de trinta arquitectos — nomeadamente Paulo Cunha, Formosinho Sanches (1922-2004), Manuel Tainha (1922-2012), Nuno Teotónio Pereira, Conceição Silva (1922-1982) e Rafael Botelho (1923) — que defendia a arquitectura moderna internacional em oposição ao modelo defendido

pelo Regime. Participa, também em 1946, com Keil do Amaral, na I Exposição Geral de Artes Plásticas, apresentando uma Casa de Habitação e passando a integrar a comissão organizadora das exposições seguintes.

No Porto, em 1947, cria-se a Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM), com Fernando Távora (1923-2005), Octávio Lixa Filgueiras (1922-1996) e Viana de Lima (1913-1992), ano em que Távora publica o ensaio “O Problema da Casa Portuguesa” onde afirma que “o estudo da Arquitectura portuguesa, ou da construção em Portugal, não está feito” (Távora, 1947, p. 3). E é nesse ano que RCR se diploma com a apresentação do “Projecto dum bairro para pescadores” (ver Figura 1) no Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA)⁴², logo se inscrevendo no Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA), actual Ordem dos Arquitectos (OA), fazendo parte do seu conselho diretivo entre 1951 e 1962, membro do Conselho Disciplinar entre 1957 e 1962.

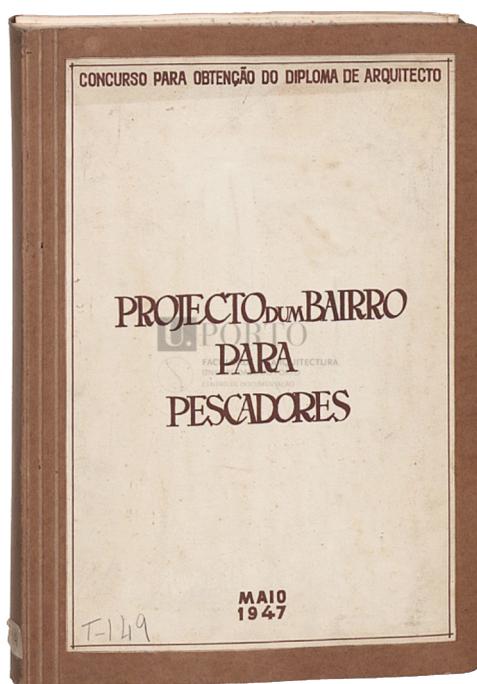


Figura 1. Capa do “Projecto dum bairro para pescadores” no Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA), por Raúl Chorão Ramalho, Maio 1947.

⁴² Disponível em <https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48339>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

Em 1948 participa como membro do ICAT, embora sem apresentar qualquer comunicação, no I Congresso Nacional de Arquitectura, em Lisboa, promovido pelo SNA, onde a defesa de uma arquitectura moderna fazia-se, quer pelo ICAT quer pela ODAM, em continuidade com a tradição portuguesa. Ainda em 1948, participa na III Exposição Geral de Artes Plásticas, com a intervenção de remodelação da cervejaria Trindade, em Lisboa, obra para a qual convidou Maria Keil a trabalhar a calçada portuguesa em superfícies verticais, convite de que se orgulharia em conversas informais décadas mais tarde. Refira-se que, destas suas participações em Exposições de Artes Plásticas, resultariam vários convites para integração de significativas intervenções na sua arquitectura.

Em 1949 Keil implementa o programa “Arquitectura Popular em Portugal”⁴³ publicado em 1961 que conclui: “A grande lição do Inquérito é precisamente que a Arquitectura responde regionalmente de uma forma muito imediata às necessidades” (Mestre & Esteves, 1987, p. 96) e “vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna” (Fernando Távora *apud* Leal, 2009, p. 42). Ao contactar com os participantes no Inquérito, RCR acompanha os arquitectos da década de 50 do século XX na produção de arquitectura atenta ao clima, aos materiais e às técnicas construtivas locais, aos problemas funcionais, económicos e sociais. Serão aliás RCR e Sebastião Formosinho Sanches a propor em 1949 o jovem Nuno Teotónio Pereira para sócio do SNA. No entanto, será a relação com Keil que marca em 1949, e segundo Ana Isabel Ribeiro, “um momento crucial na história associativa” (Ribeiro, A. I., 1997, p. 74) de RCR, ao assinar com Carlos Ramos, Pardal Monteiro, Luís Cristino da Silva (1896-1976) e Inácio Peres Fernandes (1910-1989), uma “exposição em defesa da manutenção de Keil de Amaral no cargo” presidente da direcção do SNA, para que fora eleito, e que se via destituído por razões políticas.

A parceria com os jovens arquitectos Nuno Teotónio Pereira, Manuel Tainha (1922-2012) e Manuel Alzina de Menezes (1920-2001), e os engenheiros Ernesto Borges e José de Lucena tem início em 1950 num 5.º andar recuado na Rua Rodrigo da Fonseca, em Lisboa em 1949⁴⁴, seguindo-se a mudança em 1957 para a Rua da Alegria “de cima”, como lhe chamou Nuno Teotónio Pereira (Dias, 2004), onde se juntaram António Freitas Leal (1927-2018) e Bartolomeu Costa Cabral (1929). Este último, com Nuno Teotónio Pereira, sairá para a Rua da Alegria “de baixo”, num 3.º andar alto, a quem

⁴³ Em que participaram, nomeadamente, Fernando Távora, Keil do Amaral e Nuno Teotónio Pereira.

⁴⁴ <https://nunoteotoniopereira.pt/biografia/page/2/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

se juntará Nuno Portas, e mais tarde Pedro Botelho e Rosário Beija, entre outros. Como método de trabalho, cada um sempre trabalhou nos seus projectos independentemente. Sobre a relação com RCR, Nuno Teotónio Pereira considera-o “como um irmão mais velho” da sua geração, sereno mas determinado, de fortes convicções e carácter íntegro que “conquistou a liberdade de expressão que era frequentemente negada a muitos arquitectos” (Pereira, 1997, p. 40).

RCR integra o Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR), criado em 1953 sob liderança de Nuno Teotónio Pereira, que dá continuidade à obra do Conjunto da Capela e Ossário do Cemitério de Nossa Senhora das Angústias no Funchal, apresentado na VI Exposição Geral de Artes Plásticas (1951). É ainda em 1953 que faz parte da Comissão organizadora do Congresso da União Internacional dos Arquitectos (UIA) em Lisboa.

Mas será na década de 60 que RCR inicia a sua internacionalização para os Estados Unidos (com o projecto do Pavilhão de Oakland, S. Francisco: não construído) e Macau (nomeadamente o conjunto de Habitações para os Funcionários Superiores e as Casas Económicas para a Ilha Verde) tendo a visita e respectiva estadia no Hotel Imperial de Frank Lloyd Wright (entretanto demolido) no Japão, constituindo um marco na sua vasta cultura, e produção arquitectónica, como se pode observar pela forma como descreveu esse período.

Entre 1961 e 1973 é membro do Conselho Consultivo da DGEMN, dando início às suas deslocações para Brasília a partir de 1971, mantendo a actividade profissional na Madeira, onde inaugura em 1987 a Assembleia Regional. Após um período com menos registos de actividade, a década de 90 terá feito ressurgir RCR em colóquios, exposições e publicações.

Do seu percurso profissional, cumpre ainda referir os arquitectos colaboradores do seu *atelier* — nomeadamente Leopoldo Leal, Santiago Pinto, Vassalo Rosa, Gonçalo Byrne, Leonel Clérigo, Victor Mestre (Mestre, 1997a), entre outros —, e a colaboração de artistas nos seus projectos, interesse que terá sido influenciado por Keil do Amaral que já no Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937 tinha contado com diversas colaborações para afirmar um país moderno, nomeadamente Maria Keil, Carlos Botelho, Canto da Maia e António Soares. Os 25 autores listados no catálogo da exposição monográfica de RCR na Casa da Cerca (Ribeiro, 1997, p. 160), atestam esta marcada opção, e de onde se destacam Querubim Lapa⁴⁵, Guilherme Camarinha,

⁴⁵ “1954 – A convite do arquiteto Chorão Ramalho concebe e executa o seu primeiro azulejo de padrão. Composto por dois módulos, azulejo destinado ao Centro Comercial do

Espiga Pinto, Jorge Vieira, Júlio Resende, e Lagoa Henriques, em baixos-relevos em betão, azulejos, vitrais, esculturas, painéis a fresco ou de cerâmica, desenhos de pavimentos ou tapeçarias⁴⁶.

3.1. Projectos e Obras

Como funcionário público e como profissional liberal, RCR produziu cerca de 250 projectos durante mais de quatro décadas de actividade profissional. Conhecido pela sua prática profissional individual, entre 1954 e 1960 partilhou alguns trabalhos em co-autoria, como é exemplo a Praça Pasteur em Lisboa com Alberto José Pessoa e José Bastos, a Praça D. Manuel I, actual rotunda de Algés-Lisboa (não construída) com Celestino de Castro, José Malato e José Leopoldo Leal, e já na década de 80 a Proposta para Frente Urbana da Costa da Caparica (não construída) com Victor Mestre.

Sobre RCR, uma breve consulta ao portal IAPXX⁴⁷, inventário já referido, apresenta 68 registos para Portugal continental e ilhas (ver Tabela 4), de que se salientam pela sua quantidade: 31 no Funchal, 5 em Machico e 5 no Porto Santo, e ainda 5 em Lisboa. O programa funcional centra-se principalmente em equipamentos (42), sendo de realçar a inclusão neste inventário, em “outros”, uma adega e um antigo grémio da lavoura, em “espaço urbano” uma Alameda, e uma barragem que surge com dois registos, em “obra de arte” e em “paisagem construída”.

Restelo. Querubim Lapa dá início à sua obra cerâmica através do contacto estabelecido com os arquitetos participantes nas Exposições Gerais de Artes Plásticas. Raúl Chorão Ramalho seria o primeiro a convidá-lo” e “1976 – Executa dois painéis cerâmicos e um baixo-relevo em betão, para a Embaixada de Portugal em Brasília, do arquiteto Chorão Ramalho”. In Infraestruturas de Portugal, SA. (s. d.). *Rota dos Azulejos. Rota Linha do Norte – Lisboa Santa Apolónia – Carregado*. Infraestruturas de Portugal, SA. https://www.ippatrimonio.pt/sites/default/files/inline-files/Rota%20Azulejos%20Linha%20do%20Norte_0.pdf, consultado em 13 Setembro de 2022.

⁴⁶ Sobre o interesse em estudar as intervenções de artistas plásticos na obra de RCR, veja-se Pascoal (2018).

⁴⁷ <http://iap20.pt/Site/FrontOffice/default.aspx>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

Programa	Registos
Equip. Industriais	12
Habitação	12
Edifícios de Escritórios	9
Equip. Comerciais	7
Equip. Público	7
Equip. Turísticos	7
Equip. Saúde	4
Equip. Religiosos	3
Conjunto urbano	2
Outros	2
Equip. Escolares	1
Equip. Transportes	1
Espaço Urbano	1
Obras de Arte	1
Paisagem construída	1

Tabela 4. Portal IAPXX: resultados de registos após pesquisa "Raúl Chorão Ramalho".
<http://iap20.pt/Site/FrontOffice/default.aspx>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

No Arquipélago da Madeira RCR projecta e constrói diversos edifícios, públicos e privados, nomeadamente equipamentos, religiosos, de turismo, administrativos, industriais, habitações, etc. Será de 1946 o primeiro edifício, de Escritórios na Rua João Gago, o penúltimo o Edifício Paixão em 1973, e finalmente a última edificação, em 1982, a instalação da Assembleia Legislativa Regional, em mais de 40 projectos construídos no arquipélago. No entanto é incontornável o destaque dos edifícios industriais que desenha para as diversas paisagens da ilha, integrando paisagisticamente centrais hidroelétricas e termoelétricas.



Figura 2 – Capela e Ossário das Angústias (Funchal, 1957) e o Centro Comercial e Habitacional do Restelo (Lisboa, 1956). Fonte: Arquivo do atelier de arquitectura Victor Mestre | Sofia Aleixo, architectos lda.

Nos anos 50 destaca-se a já referida Capela e Ossário das Angústias (Funchal, 1957) e o Centro Comercial e Habitacional do Restelo (Lisboa, 1956) (ver Figura 2), dando início ao processo do projecto do Hospital Regional de Beja (1955-1970). Dos anos 60 as Caixas de Previdência do Funchal⁴⁸, onde RCR é claro na sua posição face ao *português suave* e que negava veementemente: “O edifício revela naturalmente a influência da sua situação geográfica e meio ambiente e inscreve-se na época em que foi projectado, excluindo, porém, o emprego de formalismos gratuitos e transitórios”⁴⁹. Ainda nesta década projecta os edifícios da Caixa de Previdência de Setúbal (1965-1969) e de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores, 1968-1974), assim como Escola Comercial Pedro Nolasco, em Macau (1963-1969). Victor Mestre refere-se, nesta fase, à “invenção” do espaço público/privado nucleado de grande escala⁵⁰ que RCR utiliza nos edifícios públicos (ver Figura 3), não só numa dimensão tridimensional com generosos pés-direitos e iluminação natural por verdejantes pátios, mas também negando a hierarquia entre o funcionário público e o cidadão, atitude que descrevia ao referir-se à abolição de balcões que colocavam em cota superior o funcionário, e à não utilização de barreiras de protecção higiénica nas secretárias, aproximando o serviço público do cidadão.

⁴⁸ Obra seleccionada para a Exposição “Anos 60”.

⁴⁹ *Idem*, “texto inédito de RCR, 1964-1969”, p. 79.

⁵⁰ Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa (s. d.). Embaixada de Portugal: Brasília, Distrito Federal, Brasil. HPIP. <https://hPIP.org/pt/Heritage/Details/1355>, consultado em 13 de Setembro de 2022.



Figura 3. Foyer da Sede da Caixa de Previdência de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores, 1968-1974).
Fonte: Arquivo do *atelier* de arquitectura Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos lda.

Na década de 70 emergem os projectos dos edifícios da Caixa Geral de Depósitos de Leiria (1979-1980), da Guarda (1980-1991) e do Fundão (1982-1991), e ainda dois notáveis projectos: o Hospital Distrital de Viana do Castelo (1970-1984), encomenda da Direcção-Geral das Construções Hospitalares, então afeta ao Ministério das Obras Públicas, e a Embaixada de Portugal em Brasília (Brasil, 1973-1978), parcialmente construída através da Chancelaria e da Praça de Portugal, não tendo sido edificada a Residência do Embaixador nem as Residências para Funcionários. A dimensão destes dois edifícios de grande escala apresenta enormes desafios, como Ana Tostões refere:

Na verdade, o profissional escolhido, constitui um dos autores mais seguros e criativos da geração do pós-guerra. Desenvolvendo uma aproximação humanizada a tendências mais internacionais do movimento moderno, condição visível na coerência da sua vasta obra onde se destaca uma abordagem de grande sensibilidade em contextos de forte presença paisagística, como é o caso da sua produção na ilha da Madeira. A atenção aos valores do contexto e do sítio permite-lhe realizar uma síntese inovadora entre pensamento racionalista e sentimento organi-

cista. [...] programa de representação monumental que é resolvido com singular pureza construtiva e gesto disciplinadamente largo. A sua ação não se limitou à conceção dos qualificados objetos arquitetónicos, estendeu-se ao espaço envolvente propondo a criação de uma praça, a Praça de Portugal. A conceção e integração deste espaço livre, entendido como condição da dignidade do conjunto, é revelador de uma agudeza de projeção que se baseia no entendimento dos valores globais de um equipamento público (Tostões, 2019, pp. 67-68).

Dos anos 80, já com menor encomenda, a intervenção no Edifício da Assembleia Regional da Madeira (1982) reflete a sua ética de intervenção em património edificado nos detalhes históricos que valoriza, no contacto luminoso com o edifício existente e na forma, literalmente na forma, com que desenha a nova Assembleia em extensão do edifício histórico existente, fazendo cidade, utilizando a água de modo inovador enquanto processo de climatização (arrefecimento do ar), desconstruindo o momento de contacto entre antigo e contemporâneo.

RCR terá sido, um dos “aventureiros da modernidade além-mar” (Dias et al., 1994) da geração nascida entre 1915 e 1925, formada nos finais da década de 40, início de 50 do século XX, juntamente com Manuel Vicente (em Macau e Goa), Vieira da Costa (em África, com Amâncio Guedes), Rafael Botelho e Marcelo Costa (nas ilhas atlânticas), entre outros. RCR construiu a sua arquitectura nos mais diversos contextos geográficos, dos quais absorveu a cultura local para a reflectir nos materiais, nos sistemas construtivos, nas espacialidades e na luz, que moldou, sempre informada pela cultura portuguesa. Será afinal na arte de bem construir, na dimensão pública da sua obra, no plano intelectual — de onde se destaca o espaço funcional enquanto serviço público transparente, e de livre acessibilidade a todos os cidadãos — e, por último, numa contenção formal levada ao limite que se encontra a identidade única da sua obra. No entanto, será Pedro Vieira de Almeida quem melhor sintetiza a sua obra:

- Por um lado um racionalismo mitigado, longe de preocupações puristas, em que é clara não uma recusa da decoração — pelo contrário, os valores mais directamente plásticos são sempre acentuados, muitas vezes recorrendo a artistas numa tentativa de articulação de uma obra de sentido total — mas uma deliberada atitude de afastar qualquer espécie de artificialismo. Isto é, não há uma recusa da deco-

ração, recusa-se sim o artifício.

- Por outro lado, verifica-se na arquitectura projectada um profissionalismo, uma seriedade exigente, um saber de ofício indelével.

- Por outro ainda, é patente uma assumida posição ética no exercício da profissão, ética não entendida como algo aditivo, marginal, mas sim como um dos vectores íntimos da própria investigação e afirmação de uma linguagem específica (Almeida, 1997, p. 61).

E ainda

a linguagem arquitectónica de Chorão Ramalho é de alguma maneira ímpar na sua geração, pela própria característica de personalização muito vincada da sua obra e pela inegável coerência do seu desenvolvimento ao longo do tempo” e salienta como valor comum da obra de RCR e da sua geração “uma assumida posição ética no exercício da profissão, ética não entendida como algo aditivo, marginal, mas sim como um dos vectores íntimos da própria investigação e afirmação de uma linguagem específica (Almeida, 1997, p. 62).

Termina-se esta breve apresentação dos projectos e obras com o registo de que, de mais de duas centenas de projectos elaborados por RCR, apenas cerca de metade foi construída (AA.VV, 1991, p. 23), reforçando assim o valor do espólio enquanto registo do percurso profissional do arquitecto e a necessidade do seu estudo e divulgação, bem como se renova a necessidade de serem preservadas as suas obras, no continente, nas ilhas, no Brasil e em Macau, como Victor Mestre tinha já alertado publicamente (Mestre, 1997b).

3.2. Reconhecimento Público

“Arquiteto e urbanista”, assim identificado no site da FAUP, na página dos “Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto”⁵¹, e com obra espalhada por Portugal Continental, Madeira, Açores, Macau e Brasil, RCR é uma referência incontornável da cultura arquitectónica do século XX. E como tal, a história inclui as suas obras e projectos que são seleccionados

⁵¹ https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20ra%c3%bal%20chor%c3%a3o%20ramalho, consultada em 13 de Setembro de 2022.

para publicações e exposições referentes à produção da segunda metade do século passado. O seu primeiro projecto terá sido publicado na revista *Arquitectura* (2.ª série), e na *Binário*, a par com “Formosinho Sanchez, Vítor Palla e Bento d’Almeida, atelier Conceição Silva, Alberto Pessoa, Hernâni Gandra, Abel Manta, Raúl Chorão Ramalho, Alzina de Menezes, Keil do Amaral, Carlos Ramos e Carlos M. Ramos, Pedro Cid, Eduardo Anahory, Sena da Silva, entre outros” (Simões, 2015, p. 410).



Figura 4. Raúl Chorão Ramalho: na sede da Associação dos Arquitectos Portugueses, recebendo a medalha de Membro Honorário (1994). Fonte: Arquivo do atelier de arquitectura Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos lda.

O reconhecimento pelos pares passou pela eleição como sócio honorário da Sociedade Nacional de Belas Artes em 1984 e pela nomeação como Membro Honorário da Associação dos Arquitectos Portugueses em 1994⁵² (ver Figura 4). Aliás, já em 1991 a AAP tinha organizado um colóquio sobre a sua obra, no âmbito do ciclo “Percurso de Carreira”, e integra a exposição “Portugal: Arquitectura, Os Últimos Vinte Anos”, na Fundação de Serralves, no Porto⁵³

⁵² Ainda nesse ano, com os amigos Artur Pires Martins, Fernando Peres Guimarães, José Rafael Botelho, Manuel Alzina de Menezes, Manuel Mendes Tainha, Nuno Teotónio Pereira, entre outros.

⁵³ Portas, N., & Mendes, M. (1991). *Portogallo: Architettura, Gli Ultimi Vent'Anni*. Mondadori Electa.

com dois projectos: a Caixa de Previdência de Setúbal e o Hospital de Viana. Em 1994 integra a exposição “Anos 60, anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta”⁵⁴, na Sala do Risco, em Lisboa. E em 1997, a da Exposição “Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto”, na Casa da Cerca em Almada, terá motivado a atribuição em 17 de Julho desse ano da Condecoração pelo Presidente da República Jorge Sampaio com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, e a decisão do Ministério da Cultura de distinguir RCR com o prémio de Arquitectura AICA 1997, destacando a qualidade e coerência da sua obra construída em diversas regiões do mundo.

A sua presença nas exposições representativas da arquitectura portuguesa do século XX é incontornável, como é exemplo a mostra comissariada por Tostões et al. (1997) ou mais recentemente na exposição “Les universalistes. 50 ans d’architecture portugaise”, sob curadoria de Nuno Grande (2016).

Ao nível autárquico, os municípios do Funchal e de Oeiras, atribuíram o seu nome a uma rua, homenageando e valorizando RCR como personalidade integrante do património histórico e cultural na identificação, orientação, comunicação e localização destes lugares (sendo que a toponímia, como sistema de referência geográfica, estará a perder lugar no conhecimento das novas gerações, que se encontram dependentes de uma ligação num telemóvel). Numa outra vertente, esta de sentido comercial, foi dado em 2021 o seu nome ao Edifício Freitas Martins, na Avenida do Mar, Funchal (1961), intervencionado em 2014, numa estratégia que se adapta aos mercados e actualmente valoriza edifícios do período moderno.

Em Janeiro de 2002, quando faleceu, a imprensa diária publicou notas de vários amigos e colaboradores, sobre o homem e o profissional, de que se destaca o que então escreveu o seu último colaborador, Victor Mestre:

Chorão Ramalho protagonizou uma grande coerência formal e tipológica, ao longo de toda uma vida dedicada à arquitectura. Ele era um homem que não se deixava envolver em modas, comportamento que manteve ao longo de toda a sua vida profissional. Era uma pessoa muito firme nas suas convicções. É muito raro um arquitecto atravessar várias décadas – principalmente décadas muito conturbadas e de mudança na linguagem arquitectónica – e conseguir manter-se sempre coerente com as suas propostas (Mestre, 2002b).

⁵⁴ Dias, P., Barbas, P., & Colaço, M. (1994). *Anos 60, anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta*. Livros Horizonte.

Sobre o modo de estar na, e de fazer, arquitectura, como referiu Alexandra Lucas Coelho, “Com grande simplicidade, Raul Chorão Ramalho dizia que a arquitectura é, primeiro, «entender um lugar», depois, «resolver problemas», buscando sempre a beleza” (Coelho, 2002).

3.3. Sistematizar um Arquivo: o cheiro dos registos da produção arquitectónica na inventariação das permanências

Descreve-se agora a experiência pessoal única do trabalho efectuado com o arquivo existente, no próprio *atelier*, com a presença do seu autor, durante um período de mais de 4 anos, e que esteve na origem do comodatado com a instituição que hoje salvaguarda este património, o SIPA.

Embora o conhecimento de Victor Mestre com RCR datasse dos anos em que com ele colaborou, Sofia Aleixo conheceu pessoalmente RCR em 1994, na cerimónia de entrega do título de Membro Honorário da OA, na sua sede em Lisboa. Calhou o acaso, estarem sentados na proximidade e ambos escutarem uma conversa animada entre os dois novos membros honorários da OA: RCR e José Rafael Botelho (1923). Não será inconfidência localizar nesse momento o início do trabalho de inventariação para protecção e salvaguarda do arquivo de RCR que recebia com entusiasmo o que Rafael Botelho lhe transmitia: tinha vendido ao kilo uma série de caixas repletas de “velhos desenhos”, catálogos, revistas, incluindo pastas de desenhos de projectos que tinha no seu *atelier*, só a ocupar espaço, para reciclagem. Apesar de várias tentativas anteriores de Victor Mestre para organizar o arquivo, tinha persistido até então uma inabalável resistência. O que estava em causa não era a sustentabilidade, a reciclagem do papel, mas sim uma posição clara sobre o que fica para o futuro, particularmente quando se sente a não valorização enquanto processo de projecto, e o peso que ficará nas mãos de herdeiros de terem de tomar uma decisão sobre o que fazer com todos aqueles documentos e objectos que se acumularam ao longo de décadas no *atelier* do arquitecto. Sendo um direito que assiste ao seu autor, era, no entanto, para quem escutava, um trespassar da alma ao perceber que a memória material de décadas de dedicação, investimento, investigação, desenvolvimento de ideias e de pesquisa de soluções, iria perder os seus registos físicos para sempre. Nesse mesmo dia foi dado início, com o filho, Pedro Chorão à aproximação a RCR, começando um processo deliciosamente enriquecedor e dedicado, que irá culminar, como referido, em exposição itinerante e reconhecimento institucional a nível presidencial,

ainda em vida, e em entrega a instituição cuidadora do fundo documental para a sua utilização pública e disseminação após falecer.

O *atelier*, fora descrito em 1997 como “um primeiro andar de três frentes, planta em “U”, em que as salas principais têm uma vista privilegiada sobre o vale da Av. da Liberdade e Castelo de S. Jorge, ou para o Chafariz da Alegria, mesmo ali à beira da janela” (Aleixo, 1997, p. 51). Aqui se encontrava a sua sala, com o cheiro característico do aglomerado negro de cortiça que emanava das paredes onde alguns esquiços empoeirados se encontravam pendurados, não se sabe desde quando, nem porquê. Por todo o lado se encontravam rolos de desenhos e canudos de rolos de vegetal que agora preservavam da luz desenhos de grandes formatos, com vestígios nas suas bordas de diversos desentupimentos dos aparos (mais tarde canetas) de tinta da china, que insistiam em falhar principalmente nos quentes dias de verão, e perfurados diversas vezes nos seus cantos pelos pioneiros que os fixavam nos tamos de madeira, dos longos estiradores de estrutura metálica desenhados por RCR, por onde deslizavam as régua de paralelas e respectivos esquadros de 45.º ou 60.º.

A produção do *atelier* tinha decrescido grandemente nos anos 90, do século XX, logo após a conclusão da obra da Caixa Geral do Fundão (projecto de 1982), ano em que também teve início o projecto da Assembleia Regional da Madeira (que terminara em 1988). O projecto de moradias geminadas para Paço d’Arcos, de 1989, terá sido o último projecto, não tendo sido construído. E o antepenúltimo projecto terá tido início em 1985 numa solução que se procurava em equipa para a Frente Urbana da Costa da Caparica, a pedido da Câmara Municipal de Almada e da Universidade Técnica de Lisboa. No entanto, RCR e Nuno Teotónio Pereira, com quem colaborava então Víctor Mestre, o último colaborador de RCR, tiveram dificuldade em articular uma só proposta face a ideias que divergiam para este programa neste local, e foram apresentadas duas propostas distintas⁵⁵.

A tarefa em mãos procurava atribuir a cada objecto — caixas, rolos, charneiras, dossiers, fotografias, diapositivos, maquetas — a sua função na produção arquitectónica, sendo que para uns seria mais evidente encontrar-se o acto criativo primordial, outros na transmissão da ideia ao cliente, outros na comunicação à obra e outros ainda no registo da obra em si. O rigor de carácter de RCR reflectia-se claramente na organização da informação nestes suportes, sendo que, na sua representação gráfica, as etapas

⁵⁵ A proposta de Raúl Chorão Ramalho e Víctor Mestre está disponível em <https://apps.cm-almada.pt/arquivohistorico/details?id=123190>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

do projeto de arquitetura — Estudo Prévio, Ante-Projecto, Projecto/Projecto de Execução — eram claras na qualidade e quantidade de informação fornecida. E na sua codificação, a correspondência entre o número de processo administrativo e o constante nas peças desenhadas e escritas, demonstrava uma preocupação com a funcionalidade e operacionalidade do *atelier*. Uma incompleta lista de obras com esses códigos foi a base de partida para o trabalho de reorganização dos documentos através do levantamento dos projectos e registos fotográficos existentes no *atelier*, de acordo com a organização e codificação do próprio RCR, inventariando as existências que permaneciam nos diversos compartimentos do *atelier*, ainda que a maioria dos canudos se encontrasse numa despensa interior.

Os primeiros projectos com que se inicia esta lista datam de 1945 e foram construídos. Correspondem à adaptação de espaço existente para armazéns e uma farmácia da empresa farmacêutica Sanitas⁵⁶, com obra terminada em 1948. Mas estas foram pequenas obras. O que se descobria — em rolos de diâmetro considerável onde se intercalavam aleatoriamente originais em papel vegetal e cópias heliográficas, estabelecendo uma relação que danificava silenciosamente o delicado original — era todo um “novo mundo”. Desses imensos (em quantidade e em dimensão) rolos, os referentes a Brasília e aos Hospitais de Viana e de Beja eram os mais pesados e volumosos. Encontravam-se identificados pela fase de projecto, desde Estudo Prévio a Projecto de Execução, sendo estes últimos aqueles que mais ocupavam os espaços da despensa. Ainda de referir, pela dimensão, os processos desenhados do Hotel Quinta do Sol e dos Olivais Sul que, juntos, talvez consigam alcançar a quantidade de desenhos feitos para Brasília.

Da tarefa de inventariação e levantamento do espólio, recorda-se a grafite e o pó que teimosamente saíam do seu suporte original e se fixavam nas mãos, o cuidado transporte dos rolos e peças soltas dos seus locais de arquivo morto para a grande mesa de desdobramento e verificação de conteúdos para atribuição de número de processo, a escuridão ao final do dia (o contrato de electricidade do *atelier* tinha sido suspenso) quando se fechavam as portadas e dava a volta à chave para regressar no dia seguinte.

Mas o que se recorda com maior vivacidade e satisfação, é a aprendizagem que desenhos de pormenor, de estudo, de licenciamento, de alterações, de urbanização, esquisos e perspectivas de extraordinário detalhe na recriação de ambientes arquitectónicos nos proporcionaram. E, claro! As conversas com o arquitecto, que curioso e interessado nos queria acompa-

⁵⁶ O primeiro, na Rua das Flores em Lisboa, actual Galeria de Arte Palmira Suso.

nhar, respondendo a perguntas sobre os amocê/reprolares raspados e a razão daquela alteração, ou sobre o tipo de madeira escolhido para aquele armário, ou ainda as opções de espacialidade ou de estudos de ensombreamento que encontrávamos numa mesa, numa pasta, num pequeno rolo, ou dobrado e cuidadosamente guardado em pasta de arquivo administrativo.

Nesses momentos, RCR sentava-se, apontava com a mão, como se desenhasse a sua explicação, entusiasmava-se com as opções e as soluções, relembrava a execução em obra e depois, de repente, o “tempo presente” chegava e amarrotava com (demasiada) rapidez o papel, que rasgava e colocava no lixo dizendo “o que importa é a obra! O que fica! O desenho não interessa!”. Era nestas alturas que o trabalho em equipa era essencial, nomeadamente o filho Pedro Chorão, que delicadamente afastava o tema de conversa para outra sala, para outro contexto, e se resgatava do recipiente do lixo o precioso testemunho de um processo de pensamento que era seu, e que legou a todos nós, em obras irrepetíveis e de uma autenticidade brutal (como a da Embaixada em Brasília) ou extremamente delicada (como a da Capela Ossário do Funchal ou do Centro Comercial do Restelo, frequentemente utilizado e rebatizado entre nós como “Centro Comercial Chorão Ramalho”). Já em casa, os desenhos amarrotados eram passados a ferro para os devolver ao arquivo no dia seguinte.

A estratégia de organização do arquivo teve de ser permanentemente reajustada por diversas razões, nomeadamente porque RCR também começava a mostrar alguma dificuldade de deslocação, e passou-se a jantar a seu convite em sua casa. O contacto na sua intimidade permitiu ouvir histórias relacionadas com os projectos, com as obras que, agora se lamenta não ter gravado, restando a suave, bela e tranquila (como sempre) entrevista que concedeu a Ana Sousa Dias (2004). Nestes jantares partilhou as suas viagens ao estrangeiro, em 1960 a Oakland (São Francisco, Estados Unidos), as viagens que efectua a partir de 1961 a Macau com paragens em Tóquio, no Imperial Hotel de Frank Lloyd Wright (entretanto demolido em 1968) e, finalmente, todo o desgosto do desenvolvimento do processo de Brasília, que teve início em 1971, e cuja Residência da Embaixada de Portugal no conjunto edificado de Brasília é objecto de concurso público⁵⁷, a que ainda pondera concorrer, desenhando e partilhando a sua visão procurando par-

⁵⁷ Concurso público internacional para a construção da Residência do Embaixador (1995), sendo o primeiro lugar atribuído ao projeto desenvolvido pelos arquitetos Ricardo Bak Gordon e Carlos Vilela (Gordon & Madeira da Silva, 1996, p. 33). Constata-se que a proposta vencedora não estabelece qualquer relação com a Chancelaria.

ceria nesta vontade de retomar a obra, que ficou incompleta. O que se tinha passado é que, depois de ter visto aprovado em 1973 o anteprojecto da Residência, este foi considerado, no pós-Revolução de 74, como tendo um programa “demasiado ambicioso” pelo então embaixador Vasco Futscher Pereira. À reformulação que apresenta em 1975 não é dado seguimento e, entretanto, as obras da Chancelaria terminam em 1977. Sobre a proposta de conjunto que articula três corpos distintos, “a residência do embaixador, não construída, seria aquela em que mais se evidenciaria a discreta monumentalidade pretendida” (Tostões et al., 1997, p. 256). Deste projecto, Pedro Vieira de Almeida salienta o interesse de RCR pelo “jogo espacial permitido por um ágil agenciamento dos cortes” (Almeida, 1997, p. 61), o que valoriza o estudo destas peças desenhadas para o entendimento da arquitectura de RCR. Também na exposição que apresenta 50 anos de arquitectura portuguesa em Paris (Grande, 2016), a Chancelaria é escolhida para encerrar o capítulo da década de 60 do século XX, considerando-a “obra audaciosa no país e na cidade da invenção de Lúcio Costa e Niemeyer”. Considera-se que as obras de RCR neste período “sont progressivement «contaminées» par de nouvelles références, plus proches du néo-brutalisme anglais, du métabolisme japonais, ou encore des tout derniers bâtiments en «béton brut» de Le Corbusier” (*idem*, p. 96). No entanto, embora referindo que o projecto considerava três programas, onde se incluía para além da construída Chancelaria, a Residência do Embaixador e o Edifício Residencial para Funcionários, o edifício não é apresentado como parte integrante de um conjunto edificado, não o considerando como um todo único, como fez RCR.

Do convívio ao longo deste trabalho, fica a capacidade de RCR ter atravessado grandes transformações estéticas, do modernismo ao neo-brutalismo, do estruturalismo ao pós-modernismo, sem se ter deixado contagiar por situações epidémicas, o que é revelador de forte carácter e grande abrangência cultural. RCR sempre integrou sem copiar, foi um arquitecto de corpo inteiro, um arquitecto completo, um arquitecto do projecto à obra.

Hoje ao escrever sobre o longo estirador baixo, de estrutura metálica e tampo de madeira com marcas de pioneses/tachas, executado segundo o seu traço e que ofereceu com visível prazer, nessa altura descrito em artigo publicado no catálogo da exposição (Aleixo, 1997), pensa-se no quanto deve ter ficado zangado RCR quando o título escolhido para o pequeno depoimento foi então “Um Projecto de Projectos”. Pedro Vieira de Almeida tinha, há muito tempo, compreendido a diferença ao dar o título de “A Obra de Raúl Chorão Ramalho” no catálogo da Exposição “Percurso de Carreira” (AA.VV, 1991).

3.4. Exposição e Catálogo “Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto”

Paralelamente ao trabalho em *atelier* foi surgindo a vontade de partilhar, de dar a conhecer, pelo que se encontrou o melhor acolhimento a essa ideia pelo Mestre Rogério Ribeiro, na Casa da Cerca, em Almada. Como comissários do projecto de exposição da obra de RCR, com o filho Pedro Chorão, 1997 foi um ano feliz (ver Figura 5). A instituição abria as suas portas a exposições de arquitectura dando início a uma série de exposições, nacionais e internacionais dedicadas ao desenho de arquitectura, tendo acolhido no ano seguinte uma exposição do Museu Alvar Aalto, e mais tarde Vilanova Artigas, José Forjaz, entre outros. “Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto”, patente de 10 de Maio a 27 Julho, terá sido “a exposição destacadamente mais mediatizada” (Afonso, 2008, p. 99), o que sugere a falta de eventos de divulgação de arquitectura nesse período, e a oportuna e perspicaz visão do Mestre Rogério Ribeiro que assim trouxe para esta Casa um significativo número de visitantes.



Figura 5. *Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto*: inauguração da Exposição. Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/Câmara Municipal de Almada, 10 Maio 1997 (da esquerda para a direita: Victor Mestre, Rogério Ribeiro, Olga Quintanilha, Maria Emília de Sousa, Raúl Chorão Ramalho e Celestino de Castro).

Fonte: Arquivo do *atelier* de arquitectura Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos Ida.

Este facto, de trazer pela primeira vez para a “casa do desenho” não só o registo da arquitectura, mas ainda “as primeiras conversas em torno de temas

de investigação” (Ferreira, 2014), para as quais convida especialistas que debatam o tema com os investigadores da equipa da Casa da Cerca, impôs desafios de “como expor?”, “o que expor?”, e o que deixar para o futuro, ou seja, que conteúdos incluir no Catálogo e como o estruturar? Será agora evidente o esforço então feito ao comparar o objecto produzido com os catálogos concebidos posteriormente, aliás logo no Catálogo seguinte dedicado a Alvar Aalto, pelo que não podemos esquecer, agradecer e reconhecer, o trabalho empenhado e dedicado de Renata Araújo, Ana Isabel Ribeiro e Catarina Rosendo na sistematização da documentação e fichas de obra (respeitando e incluindo os números de referência do *atelier*), e na elaboração da cronologia da vida de RCR, publicada no catálogo, contextualizando nacional e internacionalmente a sua obra. Sobre o processo em conjunto com RCR, Ana Isabel Ribeiro escreve:

ouvi-lo falar dos seus projectos é partilhar um conjunto de interrogações que deram sentido a determinada ideia. Porque se sente ainda o vibrar dos olhos e das mãos num caminhar pela memória, por onde perpassa um entusiasmo e calor só possíveis de transmitir quando se tem a consciência de que tudo o que se fez foi, nesse preciso momento, o melhor que se poderia ter feito. Perpassa também no seu discurso o sentido humanista de uma geração que, sujeita a pressões do mais diverso teor, abria o caminho a uma profissão que então, ainda que lentamente, se ia instalando e ganhou, por mérito próprio, o seu espaço (Ribeiro, A. I., 1997, p. 76).

Este caminhar pela memória, este discurso humanista presenciado ao vivo desde 1994, perpassa agora pelos seus documentos, pelas suas obras, pelo património material que lhe dá voz, brilho e vida, hoje. Recorda-se com imensa alegria as horas e dias da montagem da exposição, que se repetiram na sua parcial remontagem para uma mostra das obras no arquipélago da Madeira, no Funchal em 1997, na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, um edifício por si projectado. Na ausência de RCR, Nuno Teotónio Pereira está presente na abertura da exposição (ver Figura 6), declarando então que RCR “personifica uma posição ética na arquitectura”, salientando um “sólido profissionalismo, uma consciência cívica” (Nóbrega, 1997). Infelizmente, não houve a capacidade de dinamizar a sua itinerância, como foi o desígnio que orientou a sua concepção. Não estariam ainda os arquitectos receptivos para conhecer uma obra onde, como diz Rogério Ribeiro, “no seu conjunto, predomina a austeridade compositiva, por vezes severa, do desenho dos edifícios, conjugado com a dureza dos materiais que, em acto pioneiro, o arquitecto Chorão Ramalho utiliza e divulga” (Ribeiro, R., 1997, p. 12).



Figura 6. Retrospectiva da obra de Raul Chorão Ramalho no Funchal, com novo desenho expositivo da vmsa arquitectos. Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Funchal, Outubro 1997. Fonte: arquivo vmsa.

O catálogo da exposição contém contributos de Victor Mestre, Nuno Teotónio Pereira, Gonçalo Byrne, Pedro Vieira de Almeida, Sofia Aleixo, Ana Isabel Ribeiro e Rui Afonso Santos. Mas será na introdução de Rogério Ribeiro, ao agradecer a RCR, que é expressa de forma inequívoca a relevância da obra de RCR: “a forma como colocou à nossa disposição todo o material existente no atelier, expressão maior do exercício da profissão enquanto tradução de uma vasta obra que, construída nos três continentes, permanece como testemunho fundamental da Arquitectura portuguesa contemporânea” (Ribeiro, R., 1997, p. 12).

4. De acervo a espólio: a entrega para a sua salvaguarda

A salvaguarda dos registos relacionados com o património arquitectónico moderno coloca desafios à sua preservação, envolvendo para além de arquivistas, investigadores, professores e estudantes universitários, os responsáveis (e decisores) das instituições de acolhimento, sejam de ensino sejam da administração pública central, regional ou local, e a comunidade local, não esquecendo os cidadãos interessados por este legado. Neste sentido, a acessibilidade a fontes credíveis que complementem a informação que se poderá obter em arquivos, beneficiará de uma contextualização, por exemplo, e no caso da arquitectura, no âmbito das revistas da especialidade contemporâneas da obra em estudo. Neste sentido, e relativamente às duas primeiras décadas do século XX, o portal RIC – Revistas de Ideias e Cultura, será uma ferramenta de investigação fundamental, no cruzamento de informação da importante fonte, a revista

A *Construção Moderna* já disponibilizada, com os registos gráficos e escritos originais existentes em arquivos, e como tal apresentando a maior credibilidade para fundamentar qualquer investigação científica. Embora actualmente ainda só disponibilize esta revista com informação sobre este período da história da arquitectura e construção, em Portugal e no estrangeiro, em breve serão disponibilizadas revistas de outros períodos. E os estudos em curso já revelam a importância para o conhecimento de diversos arquitectos citados neste artigo.

4.1. Da relevância do espólio como fonte arquivística

RCR não tem testemunhos dos pioneiros e experimentais tempos de utilização de computadores no processo de criar, e comunicar, a arquitectura a uma obra, a uma construção. Assim, ao não contemplar no seu tempo de produção o uso das tecnologias digitais, não será o espólio a estudar se se quiser compreender a passagem do desenho manual para o desenho vectorial, nem se se quiser compreender as diferenças do processo de arquivo e de acessibilidade ao seu trabalho. No entanto, é inquestionável a relevância do seu acervo para o estudo da arquitectura moderna em Portugal na segunda metade do século XX, constituindo uma prática de um modo de pensar radical (como era o seu carácter) que procurava na comunicação à obra encontrar o justo equilíbrio entre a produção e a utilização, como é o caso dos armários da cozinha da Moradia Bianchi, no Funchal (Aleixo, 1997).

Dos espólios entregues, doze arquitectos acompanham RCR, destacando-se o do seu mestre Carlos Chambers Ramos. A fonte arquivística “Direção Geral do Património Cultural/Sistema de Inventário do Património Arquitectónico (DGPC/SIPA): Espólio Raúl Chorão Ramalho (RCR)” está parcialmente disponível *online* e, a pedido, os originais de um projecto podem ser facultados para consulta no Forte de Sacavém, requerendo algum tempo prévio para recolha nos depósitos uma vez que o espólio não foi ainda tratado, apresentando assim problemas no seu acesso.

A entrega para arquivo dos documentos e objectos em 545 unidades arquivísticas de RCR teve lugar em 26 de Outubro de 2004, dois anos após ter falecido. Segundo informação prestada pela arquivista responsável actualmente por este espólio no SIPA-IHRU⁵⁸ no Forte de Sacavém, reúne um núcleo de 545 pastas/unidades arquivísticas, datadas entre 1939 e 1993 (ou 1995?), que ocupam cerca 15,480 ml. As pastas contêm 14.062 peças fotográficas

⁵⁸ Conversa telefónica com arquivista Dr.ª Cátia Martins a quem agradecemos a colaboração.

(provas, negativos e diapositivos), 11.942 documentos gráficos (desenhos técnicos, estudos e croquis) documentação textual (relatórios técnico e documentos relacionados com a sua actividade no SNA, e ainda relacionados com o seu trabalho como membro do Conselho Consultivo da DGEMN, e ainda 1 objecto (não identificado), a que corresponderá a única maquete entregue, a da Caixa Geral de Depósitos de Leiria. Da relação de documentos e objectos entregues, “contam-se, também, entre os conteúdos deste acervo publicações de arquitectura, colecções de periódicos estrangeiros e nacionais da especialidade que constituem, naturalmente, fontes essenciais de investigação, bem como catálogos de materiais da época e maquetas”.

A integração de espólios no SIPA rege-se por protocolos, e no caso de RCR tomou a figura de “Contrato de Comodato do Arquivo Pessoal”, tendo sido celebrado entre os herdeiros e o Estado Português, então através da DGEMN, e sendo válido por 25 anos, automaticamente renovável. O documento considera

“o princípio segundo o qual a produção, aquisição e conservação de registos e arquivos sobre arquitectura são, no contexto da sociedade actual um dos principais meios para definir o sentido e permitir a identificação, a compreensão, o reconhecimento, a salvaguarda e a valorização do património arquitectónico”

acrescentando dispor a DGEMN de “um sistema integrado e dinâmico de informação sobre património arquitectónico – o Inventário do Património Arquitectónico – que inclui uma vertente especializada na protecção e divulgação de «Fontes Documentais»”.

No caso específico de RCR, o contrato considera “um acervo documental de relevante interesse público, quer enquanto fundamento da memória pessoal e da actividade criadora desse destacado arquitecto português do século XX, quer como testemunho de intervenção numa parte significativa do património cultural do país durante aquele período”, e justifica o comodatário que irá usufruir dos bens emprestados, o acolhimento deste “arquivo e espólio pessoal” por os “seus proprietários não disporem das condições infraestruturais e dos recursos humanos especializados necessários ao correcto tratamento arquivístico e à adequada preservação e conservação das mencionadas espécies documentais”. Para fins de estudo e investigação, o contrato define a aplicação do “preçário em vigor na instituição para essas finalidades”, podendo os herdeiros consultar e utilizar o acervo depositado. Embora um contrato de comodato deva descrever pormenorizadamente a coisa em causa, e o seu estado de conservação à data do contrato, tal não foi feito.

4.2. Investigar: acessibilidade e utilização dos recursos

Após o pré-inventário realizado pela DGEMN com base na recolha, organização e sistematização efectuada pelos autores deste artigo no *atelier* da Rua da Alegria desde 1994, a consulta pelo público é facultada por meios electrónicos, mas encontra-se condicionada ao tratamento arquivístico das peças — identificação, ordenação, limpeza e higienização, diagnóstico ao estado de preservação e conservação (no caso dos desenhos), reacondicionamento, reinstalação e descrição de desenhos, fotografias, documentação textual e espécies bibliográficas —, só então sendo digitalizadas para disponibilização em formato digital.

Em SIPA encontram-se disponíveis motores de busca para a documentação já digitalizada do acervo de RCR. Em 13 de Setembro de 2022, na opção “Pesquisar Arquivos e Coleções”, uma pesquisa simples com autor “Raúl Chorão Ramalho”, em todas as “Unidades documentais” das peças “Fotografias e Desenhos”, apresenta como resultados 35 Documentos e 49 Peças, sendo 19 Fotografias e 30 Desenhos, no entanto apenas se apresentam 11 acessíveis. Trata-se de desenhos técnicos da Embaixada de Portugal em Brasília – Residência (que não foi construída) e Chancelaria, três datados de 1972 e um datado de 1977 (incluindo projecto geral e de especialidades — estabilidade, instalação de água e electricidade) e de três fotografias, sem data, designadamente da Pousada do Vale do Gaio (1), Pousada de Santa Clara (1) e Maqueta do edifício de apartamentos Vila Florida Bianchi (1).

Esclarecimentos prestados pelo SIPA permitem compreender estes resultados. No caso de uma obra pertencente a um espólio de um arquitecto ter resultado de uma encomenda pública, ou seja, ter como dono de obra o Estado, os documentos dessa obra estão no acervo institucional, que esteve à guarda da DGEMN até à sua extinção, como já referido. Assim se justifica encontrar documentação referente a uma obra de um autor que o próprio espólio não detinha, e vice-versa.

Em “Pesquisar o Inventário do Património Arquitectónico” uma pesquisa simples com autor “Raúl Chorão Ramalho”, surgem apenas três registos: Central Hidroeléctrica na Ribeira da Janela (1958-?)⁵⁹, a Escola Primária de Porto Santo (1959-1966)⁶⁰, e a Moradia do Coronel Homem da Costa/Moradia no Caniçal (1965-?)⁶¹, curiosamente todas no Arquipélago da Madeira (ver Figura 7) como referido na investigação de Víctor Mestre (Mestre, 2002a)..

⁵⁹ Registo visualizado 39 vezes desde 27 Julho de 2011, até 13 de Setembro de 2022.

⁶⁰ Registo visualizado 424 vezes desde 27 Julho de 2011, até 13 de Setembro de 2022.

⁶¹ Registo visualizado 32 vezes desde 27 Julho de 2011, até 13 de Setembro de 2022.

RESULTADOS (3)

Para: raúl chorão ramalho e Portugal e Raúl Chorão Ramalho

[Clique aqui para voltar à lista de resultados da sua pesquisa.](#)

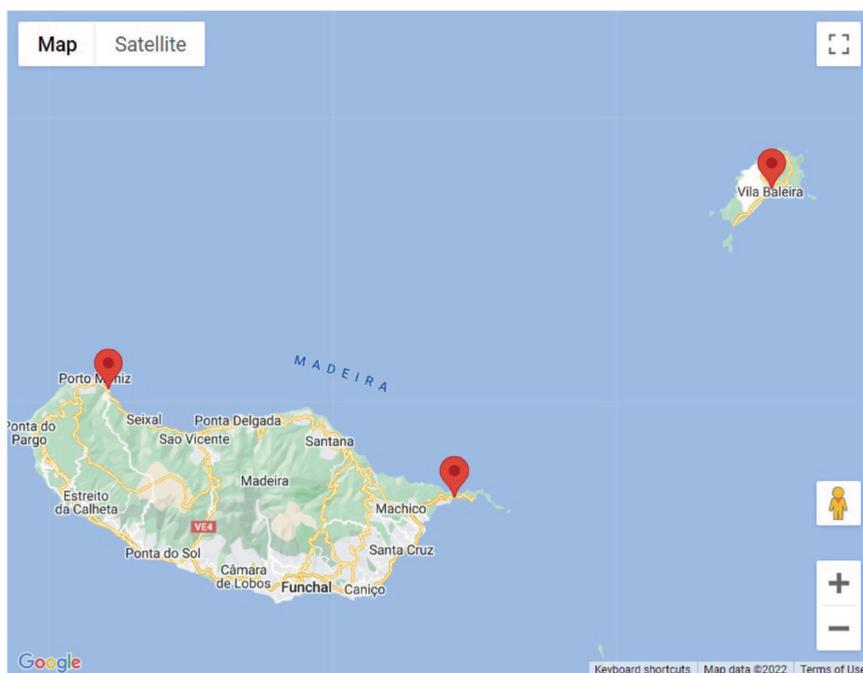


Figura 7. Mapa com os resultados da pesquisa: Inventário + Raúl Chorão Ramalho: distribuição geográfica. Fonte: Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). (s. d.). *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx.

No caso da Central Hidroeléctrica, a documentação, gráfica e fotográfica, de que se destacam as três magníficas fotografias a preto e branco, provém da “DRMLisboa, Arquivo Pessoal Raul Chorão Ramalho”, e na Escola e Moradia da “DGPC: SIPA e Arquivo Pessoal de Raul Chorão Ramalho”. Ainda identificada como “em vias de classificação”, salienta-se a necessidade de actualizar o registo da Escola Primária de Porto Santo que se encontra classificada como Monumento de Interesse Público (MIP)⁶², pelo seu “relevante valor histórico, arquitetónico e artístico”, considerada como “um exemplo relevante da arquitetura modernista da Região, expressando perfeita simbiose entre a modernidade e a tradição, não descuidando o seu autor as referên-

⁶² Publicação da abertura de procedimento de classificação da Escola Primária de Porto Santo, como Imóvel de Interesse Público, em Anúncio n.º 2/2020/M, DR, 2.ª série, n.º 77, 20 Abril 2020, e classificação em 8 de Outubro de 2021, Portaria 2/2021/M.

cias às construções eruditas”⁶³. *Online*, apenas se encontram disponibilizadas e acessíveis sete peças fotográficas de exteriores, da autoria de Teresa Ferreira, datadas de 2018. Sobre a Moradia do Coronel Homem da Costa/Moradia no Caniçal, o campo “cronologia” dá-nos a conhecer ter sido “presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal e presidente da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira”, sendo disponibilizadas 11 peças fotográficas, igualmente de exteriores, em registo também elaborado por Teresa Ferreira, em 2018.

No motor de busca “Pesquisar o Inventário do Património Arquitectónico”, seleccionando “todos os países” e o autor “Raúl Chorão Ramalho” obtêm-se 50 registos (ver Figura 8). No recentemente disponibilizado “mapa com os resultados da pesquisa” observa-se a distribuição geográfica dos registos de obras de RCR, de acordo com os registos já introduzidos na base de dados do SIPA.

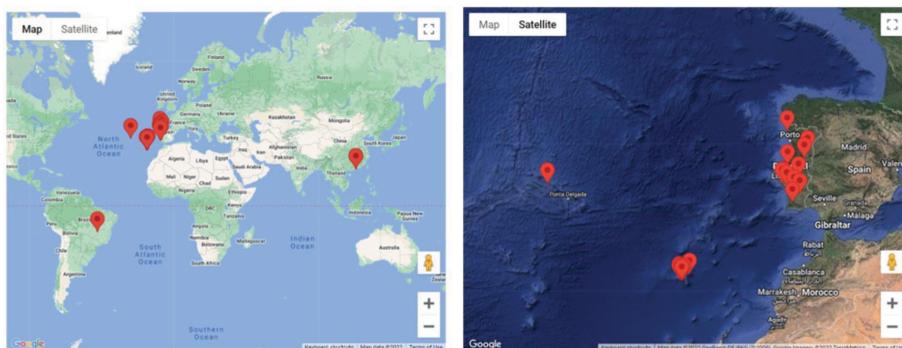


Figura 8. Mapa com os resultados da pesquisa: Inventário + todos os países + Raúl Chorão Ramalho: distribuição geográfica. Fonte: Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). (s. d.). SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx.

Dados relevante para melhor compreender o interesse pela obra de RCR fora de Portugal, será o número de visualizações de registos, contabilizados desde 27 Julho de 2011 a 16 Setembro 2022. Refira-se a título de exemplo que o registo da Embaixada de Portugal (Brasília, Brasil) foi visualizado 1947 vezes, o da Escola Comercial e Industrial Pedro Nolasco/Escola Portuguesa (Macau, China: 1962-1966), apenas 20. Em Macau, RCR construiu ainda o Edifício do Infantário Avé Maria/Edifício da Creche Monte da Guia (1963-1970), Casas para Funcionários Superiores (1961) e um Edifício de Habitação para Funcionários Municipais (1962-1967), registos ainda não disponíveis no SIPA.

⁶³ <https://www.madeira.gov.pt/Portals/36/Documentos/2-Ficha%20Imovel-EscolaPorto Santo-20-03-25.pdf>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

Detenhamo-nos agora na informação proporcionada por estes registos de obras no estrangeiro, começando pelo da Embaixada de Portugal em Brasília. A origem da documentação gráfica, administrativa e fotográfica tem diversas proveniências, a saber “DGPC: DGEMN: DSEP/DNISP, DGEMN: DSARH, Arquivo Pessoal do Arquiteto Raul Chorão Ramalho, e Arquivo Pessoal do Arquiteto Carlos Chambers Ramos”, sendo que este último, como nos dá conta o registo, em conjunto com Luís Cunha, elaborou num estudo preliminar para o edifício da Embaixada em 1961. Na informação constante no campo “Cronologia” consta que Fernando Peres Guimarães, então Director dos Serviços de Construção inclui RCR numa lista de arquitectos modernos — nomeadamente Maurício de Vasconcelos, Ruy d’Athouguia, Silva Dias, Fernando Távora, Januário Godinho e Viana de Lima — considerados “capazes de bem se desempenharem desta árdua e difícil missão, não só pela sua idoneidade profissional, como pela competência demonstrada em anteriores realizações já concluídas (DGEMN: DSARH/ED1863/1, ofício n.º 1601, 04/08/1971)”. Em “Resultados de Fotografias e Desenhos” figuram 115 Peças, sendo 20 Fotografias e 95 Desenhos; resultados de “Páginas Textuais” revelam 88 Processos, entre 1971-1978, de acesso condicionado. As imagens registam as intervenções dos artistas plásticos, a maquete do complexo e perspectivas de exteriores e de interiores. Acrescenta estar o edifício com protecção patrimonial por estar incluído no “Conjunto de Brasília”.

Sobre a Escola Pedro Nolasco em Macau (ver Figura 9), o SIPA disponibiliza *online* seis fotografias do edifício, incluindo dos amplos e luminosos espaços interiores, e três da maquete, complementando a informação no campo “Cronologia”:

1991 — imóvel classificado como Património da Arquitectura Portuguesa pelo Instituto Cultural de Macau; 1995 — por motivos de especulação imobiliária é levantada a hipótese de demolição do edifício (em pleno funcionamento). Esta notícia, desencadeou uma ampla campanha de protestos na imprensa, apoiada pela Associação dos Arquitectos Portugueses que nesta data elaborou um documento de apelo e protesto, dirigido ao Presidente de República e ao governador de Macau, onde se sublinha: “uma eventual demolição do edifício representará um atentado à cultura portuguesa e uma perda irreparável para a sua presença em Macau” (in *Público*, 1995)⁶⁴. 1996 — o

⁶⁴ Entre os subscritores deste documento de 21 Novembro, figura o autor do presente artigo que se juntou a Nuno Teotónio Pereira, Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira, Manuel Tainha,

edifício figura entre as “170 Obras de Arquitectura Moderna, 1925-1965”, publicada pela Fundação Mies Van der Rohe, no âmbito do DOCOMOMO Ibérico; 2004 — prevista a demolição do edifício e transferência dos serviços para a zona da Taipa.



Figura 9. Escola Comercial Pedro Nolasco (actual Macau Portuguese School) Raúl Chorão Ramalho, 1963-66.
Fonte: Open House Macau. (s. d.). *Macau Portuguese School (Former Escola Comercial Pedro Nolasco)*.
<https://www.openhousemacau.com/plan/macau-portuguese-school/>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

Tal como a Chancelaria de Brasília, o significado arquitectónico deste edifício no território de Macau, faz com que estejam incluídos no trabalho de levantamento do Património de origem portuguesa no mundo-HPIP, trabalho sob a coordenação de José Mattoso (2010)⁶⁵.

Destacam-se outros dois registos de edifícios construídos no continente, relacionados com o reconhecimento institucional do seu valor patrimonial para a história da arquitectura do século XX. O registo do Hospital Distrital de Viana do Castelo (1970-84), que foi visualizado 545 vezes desde 27 de Julho 2011⁶⁶, menciona ter tido processo de classificação para protecção legal aberto:

Gonçalo Byrne, Pedro Vieira de Almeida, entre outros. A carta descreve RCR como “eminente figura do Movimento Moderno na arquitectura portuguesa”, apelando “para que seja possível encontrar soluções” para salvaguardar este “insubstituível testemunho” da presença portuguesa em Macau. Actualmente é localmente classificado como Edifício de Interesse Arquitectónico.

⁶⁵ <https://hPIP.org/pt/heritage/details/1605>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

⁶⁶ “Para surpresa da própria administração, o edifício onde funciona o hospital distrital de Viana do Castelo, construído há pouco mais de vinte anos, está em vias de ser classificado como

2005 — despacho n.º 21/GP/05, do Presidente do IPPAR, a determinar o estudo do processo para eventual classificação; 2009, 23 outubro — o processo de classificação caduca nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, DR, 1.ª série, n.º 206, publicado nesta data.

Já o registo da Caixa de Previdência de Setúbal, visualizado 534 vezes, refere a “Protecção: Categoria: MIP – Monumento de Interesse Público/ZEP, Portaria n.º 664/2012, DR, 2.ª série, n.º 215 de 07 novembro 2012”, primeiro edifício projectado por Chorão Ramalho para sede de Caixa de Previdência, ao qual sucederam o do Funchal (1970)⁶⁷, e do de Angra do Heroísmo⁶⁸, edifício objecto de obras de conservação e restauro (1997-2001) da responsabilidade dos autores deste artigo, com o aconselhamento e acompanhamento de RCR.

Saliente-se, porém, informação erradamente incluída no SIPA, e que urge rectificar, como é o caso do registo “Edifício do Banco da Madeira (IPA.00015817), Rua do Aljube, Funchal (Sé)”. O elevado número de visualizações (296 vezes desde 27 Julho 2011), poderá decorrer da incredibilidade daquele registo, muito provavelmente um dos casos em que RCR não terá participado por imposições estilísticas que sempre negou. Também o registo “Cinema Império” induz em erro, quando se trata da intervenção de, não no edifício, mas apenas no Restaurante, embora assim esteja referido no conteúdo do registo.

4.3. Disseminação

O SIPA tem sido solicitado para a divulgação dos arquivos de arquitectura, contribuindo para a produção de exposições, nomeadamente através da cedência de reproduções de desenhos. Destaca-se em 2021 a Exposição “Centro Comercial do Restelo. Raúl Chorão Ramalho”, patente em Lisboa, na Galeria da Sede Nacional da OA em 2021, com curadoria de Pedro Novo e Nuno Almendra, na comemoração dos 105 anos sobre o nascimento do arquitecto, integrando desenhos originais e fotografias da época (ver Figura 10).

“monumento” pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)... o processo de classificação da estrutura foi desencadeado já em Abril de 1986, embora o despacho de abertura só tenha sido proferido em 2005” (Julião, 2007).

⁶⁷ Registo visualizado 534 vezes desde 27 de Julho de 2011.

⁶⁸ Registo visualizado 807 vezes desde 27 de Julho de 2011.



Figura 10. Cartaz da Exposição “Centro Comercial do Restelo. Raúl Chorão Ramalho”, Galeria da Sede Nacional da AO, Lisboa, 2021.

No verão desse mesmo ano tinha já possibilitado, pela cedência e reprodução dos documentos originais à Porta 33⁶⁹, a Exposição “Escola da Vila – Construção de um Espaço Comum”, na Escola do Porto Santo, na Vila Baleira, comissários Madalena Vidigal e Diogo Amaro, onde se assinalou a reabertura e reativação do edifício “com um novo propósito — um novo Espaço Cultural e de Residências Artísticas (ver Figura 11). Tratou-se de um processo de devolução à sua comunidade, com origem na apresentação do processo de projecto — Licenciamento (1959), revisão em 1965 com início de obras até 1968 — e as alterações entretanto ocorridas, que modificaram a volumetria do edifício e a fluidez dos espaços exteriores, mantendo, no

⁶⁹ Funchalense Porta 33, administrada pela Galeria de Arte Associação Quebra Costas, Centro de Arte Contemporânea (1989). Direcção Maurício Pestana Reis e Cecília Vieira de Freitas. “A 16 de Julho de 2019, o Município do Porto Santo, em protocolo de cedência de espaço municipal, cedeu a Escola Primária da Cidade Vila Baleira à PORTA33, por um prazo de 10 anos. A Antiga Escola Primária da Vila Baleira, também conhecida como “Escola da Vila” pelos seus habitantes, projetada pelo arquiteto Raúl Chorão Ramalho, no final dos anos 50 do século XX,... A acção da PORTA33 para a Escola do Porto Santo distingue-se por propor um projeto integrador de todas componentes de reativação e revitalização da Antiga Escola, do ponto de vista arquitetónico do edificado, mas também por ambicionar reativar o seu papel pedagógico e social no território e na comunidade”.

entanto, a integridade do conjunto”. Deste processo, iniciado em 2019, resultou a já referida classificação como Imóvel de Interesse Público, e constituiu um notável exemplo de reutilização do património de RCR para a utilização pública e qualificada do seu legado.



Figura 11. Conferência “O universo de Raúl Chorão Ramalho”, com Ana Tostões, Emanuel Gaspar e Victor Mestre, moderada por Madalena Vidigal. Escola do Porto Santo, 26 Junho 2021, no âmbito do projecto “Escola da Vila — Construção de um Espaço Comum”. Fonte: Arquivo do atelier de arquitectura Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos lda.

Considerações finais

A investigação em arquivos de arquitectura reveste-se da maior importância para o conhecimento e enquadramento da actividade da profissão na arquitectura portuguesa do século XX, em Portugal e no estrangeiro. É certo que a Arquivística e a História, enquanto disciplinas, encontram desafios na preservação desta memória, no tratamento de acervos, nomeadamente pela variedade de suportes de informação com que lidam. Na actualidade, em que começa a ser recepcionado nos arquivos um novo tipo de registo de arquitectura, da transição para registos electrónicos que se verificou na década de 90 do século XX, os arquivos de arquitectura terão de tomar decisões sobre a forma de acolher os arquivos digitais e os arquivos não-digitais, como se

passarão a denominar estes suportes materiais que caracterizaram a produção arquitectónica do século passado. A diversidade de formatos de ficheiros criados, e utilizados, na produção arquitectónica⁷⁰ — inicialmente em suportes como disquetes, depois em ZIP drives, discos externos e agora em *clouds* — requererá orientações específicas. Embora no campo da arquivística, como disciplina aplicada no campo da ciência da informação, se encontrarem definidos conceitos básicos e terminologia a utilizar no caso específico do tratamento de documentação de arquivo electrónica (Conselho Internacional de Arquivos, 2005), e face à velocidade com que a tecnologia se desenvolve, a actualização permanente torna-se fundamental.

Em complemento ao conhecimento da arquitetura, não pelo desenho, mas pela sua utilização e usufruto, como defendia RCR, o estudo da arquitetura do século XX através de espólios preservados em arquivos permite redescobrir estes espaços indispensáveis de preservação da memória dos processos para melhor compreender este relevante período da arquitetura autoral portuguesa. No entanto, a dispersão dificulta o conhecimento por parte de estudantes e investigadores, e a divulgação por parte das instituições, como as ordens profissionais.

Regista-se ainda uma quantidade ainda limitada de utilizadores dos arquivos de arquitetura em Portugal, sugerindo que as instituições de ensino superior com cursos de arquitetura não têm práticas de divulgação sistematizadas da existência destes registos históricos, nem incentivarão à sua utilização para melhor conhecer o passado. E este passado, seja os registos de arquitetura sejam os edifícios em si, muito dele apresenta hoje necessidades de manutenção e restauro, ou (ainda mais preocupante) de adaptação a contemporâneas formas de vida e noções de conforto, pelo que precisa ser conhecido para se poder intervir.

Será assim um estímulo a disponibilização gratuita, como por exemplo pratica a Fundação Calouste Gulbenkian, da reprodução de documentos. O SIPA, ao se reger pelo Regulamento e Tabela de Taxas do IHRU, cobra actualmente o valor de €280,00 para a impressão de fotografias e desenhos à escala original, a preto e branco e, caso se queria obter esses documentos em formato digital, os valores vão de €24,00 por um ficheiro JPEG, a €320,00 para um formato raster bitonal à escala original, alcançando os €560,00 para

⁷⁰ Computer Aided Design, Digital Audio/Moving Images/Cinema/Video/Still Images/ Photographs/Posters, Scanned Text, Geospatial Formats, Presentation Formats, Textual Data, Structured Data Formats, Email, Web Records, entre outros. <https://www.archives.gov/records-mgmt/policy/transfer-guidance-tables.html>, consultado em 13 de Setembro de 2022.

vectorização (sendo que a todos estes valores, acresce o IVA à taxa legal aplicável)⁷¹. Verifica-se assim o facto inexplicável, e condicionante da divulgação que deveria promover, de nem a gratuidade nem excepções da cobrança de taxas se aplicarem à utilização do acervo para fins académicos ou de investigação científica. Questiona-se então, através do acervo de RCR, se estará ao SIPA a cumprir com o seu desígnio de “promoção da investigação científica e técnica em arquitetura e em campos disciplinares associados”, e de “encorajamento da utilização da informação e documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico como recurso educativo”⁷².

O legado de Raúl Chorão Ramalho para as gerações futuras encontra-se na sua arquitectura, dispersa por diversos territórios, em diversos registos gráficos, fotográficos, maquetas e escritos que lhe deram origem. Investigar e conhecer para valorizar este, e tanto outro, património arquitetónico do século XX, requer arquivos com condições de tratar e disponibilizar, requer arquitectos, arquivistas e tantos outros técnicos.

Documenting architecture, as well as architectural activities, processes and agents, and making the resulting records publicly accessible, as well as supporting their management and protection, are generally considered as essential contributions to the understanding, enhancement and assimilation of this part of the architectural heritage, as well as to its management and protection. Ultimately, architectural documentation may be considered as Architecture’s metadata (Conde & Vieira, 2009, p. 5).

Referências bibliográficas

- AA.VV. (1991). *Percursos de Carreira*. Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Afonso, J. (Ed.). (2007). *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX*. Ordem dos Arquitectos – Conselho Directivo Nacional.
- Afonso, L. F. D. (2008). *Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea: programar para descentralizar, políticas culturais, autarquia e comunidades* [Dissertação de Mestrado, Universidade NOVA de Lisboa]. Run – Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/128231>

⁷¹ Portaria n.º 1068/2009, 18 Setembro.

⁷² http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335eadb85-4fdd-862b-fe6e623e44a8, consultado em 13 de Setembro de 2022.

- Aleixo, S. (1997). Um projecto de Projectos. In R. Ribeiro, *Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto. Catálogo de Exposição* (pp. 51-54). Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/ Câmara Municipal de Almada.
- Aleixo, S., & Mestre, V. (2019, Outubro 1 a Novembro 20). *Raúl Chorão Ramalho (1914-2002)* [Comunicação]. Curso Livre Arquitectos de Lisboa II: anos 30 do século XX – Actualidade, Lisboa.
- Aleixo, S., & Mestre, V. (2021, Maio 19). *Arquivo do Arquitecto Raúl Chorão Ramalho* [Comunicação]. Colóquio “Organizar, Preservar e Comunicar a Memória da Arquitectura: os arquitetos e os arquivos de Arquitectura”, online. <https://www.youtube.com/watch?v=aURyBPU7Sk>
- Almeida, P. V. (1997). A obra de Raúl Chorão Ramalho. In R. Ribeiro, Raúl Chorão Ramalho – *Arquitecto. Catálogo de Exposição* (p. 57-62). Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/ Câmara Municipal de Almada.
- Amaral, F. K. do. (Coord.). (1998). *Arquitectura popular em Portugal*. (2 vols.). (3.^a ed.). Associação dos Arquitectos Portugueses.
- André, P., & Marino, M. (2020). Artigos de Pedro Vieira de Almeida (1933-2011) na imprensa e revistas da especialidade (1963-2000): do atlas teórico-crítico à proposta de um arquivo dos desenhos de arquitectura. In P. André, *Antologia de Ensaios. Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. VI Seminário de investigação, ensino e difusão* (pp. 135-162). DINÂMIA'CET-ISCTE.
- Arquivo Distrital de Braga. (2021). *Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: “Professional Experiences in a Cultural Diversity”/International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga*. <https://hdl.handle.net/1822/70577>
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2000). “Base de dados de descrição arquivística”. ANTT.
- Baião, J. (2015). *Raúl Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. História das exposições de Arte Gulbenkian. <https://gulbenkian.pt/historia-das-exposicoes/exhibitions/62/>
- Cardinal, L., Daniels, M., Desaulniers, R., Peyceré, D., Souchon, C., & van Nieuwenhuysen, A. (2000). *A Guide to the Archival Care of Architectural Records, 19th-20th Centuries*. ICA – International Council on Archives: Section on Architectural Records. <https://www.ica.org/sites/default/files/ArchitectureEN.pdf>
- Casa Comum – Fundação Mário Soares. (s. d.). *Mário e Alice Chicó*. http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_760
- Cellule Architecture de la Fédération Wallonie-Bruxelles & ULB/Faculté d’Architecture (Eds.). (2013). *Archives: Pour Une (Re)Connaissance De L’architecture. Livre Blanc Des Archives De L’architecture En Fédération Wallonie-Bruxelles*. Cellule Architecture de la Fédération Wallonie-Bruxelles & ULB/Faculté d’Architecture.
- Coelho, A. L. (2002, Janeiro 12). Chorão Ramalho Desapareceu um dos grandes arquitectos da obra pública. *Público*. <https://www.publico.pt/2002/01/12/jornal/chorao-ramalho-desapareceu-um-dos-grandes-arquitectos-da-obra-publica-166263>
- Conde, M. L., & Vieira, J. (2009). Introduction. *COMMA: International Journal on Archives*, (1), 5-24.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2005). *Documentos de Arquivo Electrónicos: Manual para Arquivistas*. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_Study-16-Electronic-records_PT.pdf

- Consiglieri, V., Martins, J. P., Mestre, V., & Pereira, N. T. (1997). *Património da Segurança Social – Sedes dos Serviços Regionais 1965/1993*. Secretaria de Estado da Segurança Social.
- Cruz, V. (2019, Maio 6). Espólio de Eduardo Souto de Moura vai para a Casa da Arquitectura. *Expresso*. <https://expresso.pt/cultura/2019-05-06-Espolio-de-Eduardo-Souto-de-Moura-vai-para-a-Casa-da-Arquitectura>
- Dias, A. S. (1999). Raul Chorão Ramalho, 85 anos, arquitecto, divergente. *Público*. <https://www.publico.pt/1999/04/11/jornal/raul-chorao-ramalho-85-anos-arquitecto-divergente-131969>
- Dias, A. S. (2004, Maio 24). Entrevista por Ana Sousa Dias ao arquiteto Nuno Teotónio Pereira. *RTP*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/nuno-teotonio-pereira-2/>
- Dias, P., Barbas, P., & Colaço, M. (1994). *Anos 60, anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta*. Livros Horizonte.
- Diário de Notícias do Funchal. (1997, Outubro 12). *Raúl Chorão Ramalho deixou obra gigantesca*.
- Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). (s. d.). *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx
- Ferreira, E. (2014). A Casa da Cerca, um projeto de autor: 20 anos de programação para o diálogo. *MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares*, (3), 1-17. <http://journals.openedition.org/midas/570>
- Freitas, E. G. (2010). *A Obra de Raúl Chorão Ramalho no Arquipélago da Madeira*. Editorial Caleidoscópio.
- Gaspar, E. (2002). A obra de Raúl Chorão Ramalho no Arquipélago da Madeira. *Ilharq*, (2), 77-85.
- Gordon, R. B., & Madeira da Silva, T. (1996). Concurso Público para a Residência da Embaixada de Portugal em Brasília. *Jornal dos Arquitectos*, (33), 155-156.
- Grande, N. (2016). Raúl Chorão Ramalho 1914-2002. Chancellerie de l’Ambassade du Portugal, Brasília, Brasil 1971-1976. In N. Grande (Ed.), *Les Universalistes. 50 ans d’architecture portugaise* (pp. 94-97). Editions Paranthèses, Fondation Calouste Gulbenkian.
- ICA – International Council on Archives. (2022). *What are archives?* <https://www.ica.org/en/what-archive>
- Infraestruturas de Portugal, SA. (s. d.). *Rota dos Azulejos. Rota Linha do Norte – Lisboa Santa Apolónia – Carregado*. Infraestruturas de Portugal, SA. https://www.ippatrimonio.pt/sites/default/files/inline-files/Rota%20Azulejos%20Linha%20do%20Norte_0.pdf
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (1997). *Luís Benavente: arquitecto*. IAN/ TT.
- Jornal da Madeira. (1997, Setembro 1). *Obra de Raúl Chorão Ramalho exposta no Parlamento*.
- Julião, P. (2007, Fevereiro 11). IPPAR classifica hospital sem dar conhecimento. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/arquivo/2007/ippar-classifica-hospital-sem-dar-conhecimento-652671.html>
- Keinänen, T. (2009). Architectural records in architectural museums: the Museum of Finnish Architecture. *Comma*, (1), 159-162.
- Leal, J. (2009). *Conferência Arquitecto Marques da Silva 2008 – Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Fundação Marques da Silva.

- Mattoso, J. (Dir.). (2010). *Ásia, Oceania, Património de origem portuguesa no mundo, arquitectura e urbanismo*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mattoso, J. (Dir.). (2012). *Património de origem portuguesa no mundo, arquitectura e urbanismo*. (3 vols.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendes, M. (2004). Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP: da colecção ao arquivo. In M. Mendes, T. Godinho, & B. Castro (Coord.), *Encontro sobre Arquitectura e Arquivos: Actas/Organizado pelo Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP* (pp. 9-13). FAUP Publicações.
- Mendes, M., Godinho, T., & Castro, B. (Coord.). (2004). *Encontro sobre Arquitectura e Arquivos: Actas/Organizado pelo Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP*. FAUP Publicações.
- Mestre, V. (1997a). Raúl Chorão Ramalho, Uma Obra Superior [Prefácio]. In *Catálogo da Exposição Raúl Chorão Ramalho, Arquitecto* (pp. 15-38). Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/Câmara Municipal de Almada.
- Mestre, V. (1997b, Abril). A Memória dos Arquitectos - pela implementação do Arquivo Histórico da Associação dos Arquitectos. *Jornal Arquitectos*, (170), 32-33.
- Mestre, V. (2002a). *Arquitectura Popular da Madeira*. Editorial Argumentum.
- Mestre, V. (2002b). Raúl Chorão Ramalho: uma referência ética incontornável. Uma obra notável de alcance pedagógico. *Arquitectos – informação*, (109), 2-3.
- Mestre, V. (2002c, Janeiro 19). Raúl Chorão Ramalho: Uma Ideia Global de Arquitectura. *Público*. <https://www.publico.pt/2002/01/19/jornal/raul-chorao-ramalho-uma-ideia-global-de-arquitectura-166523>
- Mestre, V., & Esteves, J. (1987). A partir de uma conversa com o arquitecto Silva Dias a propósito do inquérito à arquitectura regional portuguesa. In M. G. Dias (Dir.), *Jornal dos Arquitectos: Antologia 1981-2004* (128-219). Ordem dos Arquitectos – CDN.
- Neves, H. (2004). Arquivos de Arquitectos no Arquivo Municipal de Lisboa. In M. Mendes, T. Godinho, & B. Castro (Coord.), *Encontro sobre Arquitectura e Arquivos: Actas/Organizado pelo Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP* (pp. 39-49). FAUP Publicações.
- Nóbrega, T. (1997, Outubro 15). Retrospectiva da obra de Raúl Chorão Ramalho no Funchal: O arquitecto da ética. *Público*, 24.
- Nunes, A. C. F. (2008). *Raúl Chorão Ramalho: Forma e Lugar* [Prova Final de Licenciatura não publicada]. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Open House Macau. (s. d.). *Macau Portuguese School (Former Escola Comercial Pedro Nolasco)*. <https://www.openhousemacau.com/plan/macau-portuguese-school/>
- Pascoal, A. M. (2018). Dois hospitais do arquiteto Chorão Ramalho: considerações sobre a valorização do seu património artístico. *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, 17(3), 45-48. <https://doi.org/10.25761/anaisihmt.297>
- Peixoto, P. (Coord.). (2020). *VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arqitetura e Urbanismo*, Brasília.
- Pereira, N. T. (1996). Chorão Ramalho: a Obra e a Pessoa. In *Escritos (1947-1996 selecção)* (pp. 306-308). FAUP Publicações.
- Pereira, N. T. (1997) Chorão Ramalho: a obra e a pessoa. In R. Ribeiro, Raúl Chorão Ramalho – *Arquitecto. Catálogo de Exposição* (pp. 39-43). Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/ Câmara Municipal de Almada.
- Pereira, P. (Dir.). (1995). *História da Arte Portuguesa*. (3 vols.). Círculo dos Leitores.

- Portas, N., & Mendes, M. (1991). *Portogallo: Architettura, Gli Ultimi Vent'Anni*. Mondadori Electa.
- Ribeiro, A. I. (1997). Contextos da Arquitectura em Portugal. A afirmação de uma profissão. In R. Ribeiro, Raúl Chorão Ramalho – *Arquitecto. Catálogo de Exposição* (pp. 65-76). Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/ Câmara Municipal de Almada.
- Ribeiro, R. (1997). *Raúl Chorão Ramalho – Arquitecto. Catálogo de Exposição*. Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/Câmara Municipal de Almada.
- Salema, I. (1997, Dezembro 23). O que fazer com os espólios de Arquitectura? *Público*, 20.
- Sanchez, F., & Vasconcelos, M. (1955). Habitações unifamiliares para a Cooperativa «A Casa é Minha». *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, (8), 3-20.
- Simões, D. (2015, maio 20-22). *A questão da habitação na revista Binário* [Comunicação]. Optimistic Suburbia: Actas/Proceedings, Lisboa. 10.7749/dinamiacet-iul.cp.2015.optimistic_suburbia
- Tavares, M. (2017, Novembro 19). Forte militar guarda a memória do património cultural. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/artes/forte-militar-guarda-a-memoria-do-patrimonio-cultural-8927941.html>
- Távora, F. (1947). O Problema da Casa Portuguesa. *Cadernos de Arquitectura*, (1).
- Tonicello, A. (2009). Architectural records in university archives: Archivio Progetti – Sistema Bibliotecario e Documentale, Università IUAV di Venezia. *COMMA: International Journal on Archives*, (1), 139-145.
- Tostões, A. (1997). *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. FAUP Publicações.
- Tostões, A. (1999). Monumentalidade, Obras Públicas e Afirmação da Arquitectura do Movimento Moderno: o protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais. In J. V. Caldas (Ed.), *Caminhos do Património* (pp. 133-150). DGEMN/Livros Horizonte.
- Tostões, A. (2019). A monumentalidade como programa político e simbólico do Estado Novo. In J. Brites, & L. M. Correia (Coords.), *Obras Públicas no Estado Novo* (pp. 43-74). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Tostões, A., Becker, A., & Wang, W. (Org.). (1997). *Portugal: Arquitectura do Século XX*. Prestel.
- Toussaint, M. (1997). Raúl Chorão Ramalho – Um percurso possível no pós-guerra. *Jornal dos Arquitectos*, (170), 14-31.
- Ucha, M. (2022). *Pedro Vieira de Almeida (1933-2011). Arquitetura: Teoria, Prática, Crítica, História (1963-2010)* [Tese de Doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/25655>
- Vieira, J. (2004). “Fontes Documentais”: programa de salvaguarda e valorização dos arquivos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. In M. Mendes, T. Godinho, & B. Castro (Coord.), *Encontro sobre Arquitectura e Arquivos: Actas/ Organizado pelo Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da FAUP* (pp. 65-75). FAUP Publicações.
- Vieira, J. (2008, Março 13). *Arquivos de Arquitectura e Sistemas de Informação sobre arquitectura: uma relação cooperativa*. <https://pt.slideshare.net/biblarte08/arquivos-de-arquitectura-fcg-2008-v-1>
- Vieira, J. (2010). *Documentos e Arquivos de Arquitectura: Princípios, Estratégias, Metodologias e Instrumentos de Gestão*. Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.

